

ATA N.º 2/2020

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2020:

Aos dezanove dias do mês de junho do ano dois mil e vinte, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, e por videoconferência, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), José António Bombas Amador (CDU), António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), Ricardo José Silva Gomes (PSD) e Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de junho, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação de atas de sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2019;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2020 (modificação 6);

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche para o ano de 2020;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, relativos à gerência de 2019;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a alteração

modificativa ao Orçamento da Receita, da Despesa, e ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2020 (modificação 1);

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2020;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para aquisição de três armazéns, sítios na zona industrial da Prageira;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Contratação de empréstimo para aquisição de três armazéns, sítios na Zona Industrial da Prageira, em Peniche;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a aquisição de três armazéns, sítios na zona industrial da Prageira - aprovação da minuta do contrato de promessa de compra e venda;

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Aquisição do serviço de auditoria externa das contas do Município para o exercício de 2020/2021;

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Adenda ao protocolo celebrado com a Freguesia de Ferrel para exploração da zona de estacionamento de duração limitada (H) prevista no Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento condicionado e de zonas de estacionamento de duração limitada no Concelho de Peniche, sita no Baleal, para cedência, também, da Zona (I) e alargamento do prazo;

13) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Peniche;

14) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Peniche.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dez minutos, encontrando-se na sala vinte e três dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

O senhor António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP) deixou de participar na reunião quando decorria a apreciação do ponto doze da ordem do dia, pelo que não participou na votação da deliberação n.º 15/2020 nem nas subsequentes.

Compareceram no decurso da sessão, quando decorria a apreciação de outros assuntos de interesse para o Município, e passaram de imediato a participar nos trabalhos os senhores Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS) e Pedro Henrique Lourenço Barata, Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel (PS).

Os senhores Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), encontravam-se a substituir os senhores Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD) e Álvaro André Paiva Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD), Ana Rita Jesus Martins Rodrigues (PSD) e Inês Fitas Cação (CDU) por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga, Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e Rogério Manuel Dias Cação (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 1/2020, respeitante à sessão ordinária do mês de fevereiro, realizada no dia 28 de fevereiro de 2020, tendo sido dispensada a leitura da mesma por o respetivo texto ter sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Posta à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetida a ata em apreço a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 19 votos a favor.

Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes nas reuniões a que elas respeitavam, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Informou que recebeu:

O Boletim n.º 6/2020, da Associação Nacional de Municípios;

A 3.ª Edição dos eleitos locais, da Associação Nacional de Assembleias Municipais;

Carta da senhora Filipa Clara, que faz referência aos Concursos feitos por esta Autarquia, que diz o seguinte:

«Venho por este meio apelar à Assembleia Municipal de Peniche e a todas as forças políticas locais, com representação na mesma, como órgãos de apreciação e fiscalização do Município de Peniche, que tomem conhecimento da forma como são feitos os procedimentos concursais deste Município e que têm vindo a decorrer ultimamente.»

Deu conta que respondeu à senhora Filipa Clara que a Assembleia Municipal não tem competência para apreciar concursos de funcionários, existe uma legislação própria e que no caso de pretender reclamar, que teria de fazê-lo para o júri do concurso.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Vasco Serpa (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, um voto de louvor:

«Os primeiros casos do novo Coronavírus, Covid-19, em Portugal, foram confirmados no dia dois de março. Passados três meses estamos perto dos quarenta mil casos e mais de mil e quinhentas mortes. Ninguém estava preparado para lidar com esta realidade e as medidas adotadas para a mitigação da propagação do vírus, alteraram a vida dos portugueses.

O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche propõe um voto de louvor de agradecimento e reconhecimento aos trabalhadores dos serviços essenciais, entidades públicas e privadas, Instituições e a todos os que, de forma voluntária, contribuíram, quer para a mitigação da propagação da doença, quer para garantir o acesso a bens e serviços essenciais, com destaque para aqueles que permanecem na linha da frente.»

Apresentou, verbalmente, um voto de pesar:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche propõe um voto de pesar pelo falecimento do senhor Fernando Petinga Engenheiro. Recebemos, hoje, a triste notícia do falecimento do senhor Fernando Engenheiro, nascido em Peniche, no ano de 1939, e que ao longo da sua vida se distinguiu como funcionário dedicado à causa pública, como cidadão interessado pelas pessoas e instituições e para quem a sua terra, Peniche, foi sempre a motivação maior. É de salientar o seu contributo para o conhecimento do passado e da história local. Foi autor de livros e de inúmeros artigos, participou em conferências e seminários, foi por diversas vezes homenageado por diferentes Instituições e personalidades do nosso concelho, nomeadamente a Cercipeniche, com o troféu de mérito de solidariedade, a Gala de Peniche sobre o Mar, com o troféu alusivo à Cultura, a Direção Central da Liga dos Combatentes, com a Medalha de Testemunha e Apreço, a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, com a Medalha de Reconhecimento, a Medalha de Honra da Câmara Municipal de Peniche e a Medalha de Mérito Municipal da Cultura, cunhada a prata dourada, pelo que se propõe que a Assembleia Municipal aprove o voto de pesar, manifestando à sua família as mais sentidas condolências.»

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que iria apresentar um voto, mas que já foi referido pelo senhor Deputado Vasco Serpa. Seria um voto de pesar pelo falecimento do senhor Fernando Engenheiro, uma pessoa que marcou a nossa terra, que escreveu algumas obras, tal como foi anteriormente referido, nomeadamente “A Vida e Obra do Reverendo Monsenhor Manuel Bastos”, outro grande homem de Peniche, e também outra obra “Peniche: pelos caminhos do passado”.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que o seu voto de pesar era, obviamente, sobre o senhor Fernando Engenheiro, pelo que não terá qualquer objeção em subscrever as propostas apresentadas.

Referiu que teve a oportunidade de trabalhar na Área da Cultura com o senhor Fernando Engenheiro. Realçou o seu papel na promoção da Cultura, mas também no conhecimento, no trabalho que foi desenvolvendo por todo o concelho. Acrescentou que o senhor Fernando Engenheiro foi durante 22 anos colaborador do Jornal “A Voz do Mar”, tinha um conjunto muito alargado de documentos que fez sobre as várias facetas do concelho, as fases de desenvolvimento, as estruturas do poder local e associativas, por isso, hoje, é um dia triste para todos, porque se perdeu um amigo, um homem da cultura deste concelho. Aproveitou para propor à Assembleia Municipal que se fizesse um minuto de silêncio em sua memória.

Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Relativamente ao voto de pesar ao senhor Fernando Engenheiro, disse que se tratava de um cidadão muito conhecido, uma pessoa bastante culta, sempre disponível para elucidar as pessoas naquilo que era o património histórico do concelho, concretamente, em relação à Freguesia de Atouguia da Baleia, em particular na Vila de Atouguia da Baleia. Referiu que ele fez um trabalho notório, que o livro sobre a vida da Freguesia de Atouguia da Baleia é exclusivamente dele, o mérito daquele trabalho, estava sempre disponível para ajudar. Recordou que, há uns anos atrás, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, quando propôs e promoveu os 825 anos da doação do foral à Vila de Atouguia da Baleia, foi com o senhor Fernando Engenheiro que promoveram aquela efeméride. Lamentou a sua morte, é uma perda muito significativa para a vida cultural e histórica do concelho.

Propôs um voto de pesar pelo falecimento de um cidadão de Atouguia da Baleia, senhor José Tiago Filipe, uma pessoa que durante muitos anos muito fez pela terra, sobretudo na Banda Filarmónica, que deixa muitas saudades.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Associou-se ao voto de louvor efetuado ao senhor Fernando Engenheiro.

Ademar Marques (PSD):

Evocou um momento traumático, que se passou na Vila de Atouguia da Baleia, que chocou, não só a Vila, mas também o concelho e o país, e é justo que esta Assembleia Municipal reconheça, também, esse pesar, pela morte da pequena Valentina, que chocou toda a gente, porque é difícil de compreender como é que algo tão hediondo pode ocorrer. Referiu que, mais do que evocar o horror que aconteceu, na sua opinião, é justo prestar um reconhecimento a todas as pessoas que se disponibilizaram para ajudar a tentar encontra-la, ao trabalho das forças de segurança, da Proteção Civil, da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, da Câmara Municipal de Peniche e todos os que lidaram com este caso. Acrescentou que foi, de facto, um momento muito triste na vida do nosso concelho, as pessoas ficaram chocadas e, na sua opinião, esta Assembleia Municipal se deve associar a este pesar, pela morte da pequena Valentina.

APRECIÇÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Sobre a questão da trágica morte da Valentina, na sua opinião, a Assembleia Municipal tem o dever de assinalar o lamentável artigo publicado na Revista do Correio da Manhã, assinado pelo jornalista e editor Francisco José Viegas. Referiu que o artigo é lamentável, desde a primeira à última linha, está cheio de erros históricos e factuais sobre o caso que pretendia narrar e, sobretudo, está repleto de opiniões que demonstram um conhecimento muito parcial sobre o concelho e sobre a cidade de Peniche. Mesmo descontando aquilo que ninguém ousará negar, que é a liberdade de opinião e de expressão, o artigo é um exemplo de mau jornalismo e, quanto a si, o mais grave e injusto é a generalização inaceitável que se faz sobre a situação social em Peniche. Acrescentou que aquela generalização não os deve impedir, como há dias, e bem, viu o senhor Comendador Rogério Cação a fazer, de reconhecer que há graves problemas sociais na cidade e concelho de Peniche e o Partido Social Democrata há muito tempo que o tem dito, pelo que devem ter a ambição de os resolver e de os corrigir em vez de os perpetuar, portanto, não vale a pena negar que há problemas. Referiu que o que aquele senhor fez foi totalmente diferente, que foi generalizar como se apenas houvesse aquilo e isso é inaceitável. Deu nota de grande mágoa, pela tentativa de politiquice barata que alguns tentaram fazer. Sabe que houve, pelas redes sociais e em outras redes, uma tentativa de associar o autor do artigo ao Partido Social Democrata local, porque por uns meses foi Secretário de Estado de um Governo do Partido Social Democrata. Alguém achar que um partido da oposição iria procurar fazer propaganda negativa sobre Peniche, num assunto tão trágico e traumatizante como a morte de uma menina de 9 anos, diz sobretudo muito sobre a falta de escrúpulos de quem o pensou, de quem o disse e de quem o escreveu, que desceu a um nível tão baixo ou mais baixo do que o senhor Francisco José Viegas.

Relativamente à questão do vírus que o senhor Deputado Vasco Serpa abordou no voto de louvor que, na sua opinião, é muito justo, porque houve muita gente que, mesmo no período mais duro da quarentena, teve que estar na linha da frente, sempre a trabalhar e a dar o seu melhor para que todos continuassem a comer e a viver com alguma normalidade, a verdade é que, ao contrário do que se desejava, o vírus continua por aí, pelo que gostaria de sublinhar aquilo que lhe parece obvio, mas que é importante ser dito. Quer em Peniche, quer no país, se está a tentar conseguir um equilíbrio muito inteligente entre o controlo da epidemia e a recuperação e estabilização económica e social, e é importante que não hajam dúvidas, o impacto social desta crise está aí e vai durar e numa terra como esta, em que tanta gente depende do turismo, é fundamental perceber que o risco é maior, como é maior no Algarve ou na Madeira do que em outras regiões do país com menos turismo. A questão é que o controlo da epidemia anda de mão dada com a recuperação, ou seja, se estiverem controlados os novos casos e as cadeias de transmissão, Peniche pode ser um destino de eleição nestas férias e não nos podemos fechar à espera que não cheguem turistas, porque eles são precisos para que haja atividade económica e emprego e por isso, na sua opinião, deve ser dada uma resposta rápida a eventuais surtos, reforçando os testes, porque na verdade, e até que melhores notícias de aparecimento de uma vacina surjam, está relativamente claro que o combate possível ao vírus, neste momento, passa por testar até se conseguir isolar as pessoas que estão infetadas. Sabe que o Município tem estado a tentar testar todas as pessoas que têm estado em contacto direto, mas, como sugestão, gostaria de perceber se não seria possível, através da parceria estabelecida com o Cete Mares, tirar mais proveito da mesma,

comprando testes para um conjunto de pessoas que estão mais expostas nos serviços essenciais, nas atividades onde há um contacto mais direto, seja pela função que desempenha, seja em pela idade, portanto o dinheiro que poderá vir de alguma poupança, não seria um gasto, seria um investimento na saúde e na economia. Referiu que não crê, ainda, que a questão do distanciamento social tenha sido devidamente absorvida por uma parte significativa da população, até porque o cansaço de ter estado em casa, pode ter levado a um relaxamento um pouco excessivo e é importante continuar a sensibilizar e a atuar, através da Proteção Civil, das Forças de Segurança, para que o verão possa ser positivo e não um retrocesso.

Concluiu que, na sua opinião, a Câmara Municipal deve procurar estimular a atividade económica e, rapidamente, viabilizar intenções de quem quer investir desde que seja cumprida a Lei, porque esta crise é uma bola de neve, mas o travão passa pela dinamização da economia e a crise será tanto menor quanto mais eficaz e forte for o travão.

Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que:

Há anos, na Assembleia Municipal de Peniche, se tem vindo a discutir a questão da proibição das autocaravanas no espaço contíguo à Praia da Consolação, que é do conhecimento de todos. Comunicou que a Junta de Freguesia enviou à Câmara Municipal propostas, porque gostariam de proibir, naquele local, o estacionamento das autocaravanas e para isso, após conversar com o senhor Presidente da Câmara, combinaram arranjar e limpar um terreno que estava abandonado. Deu conta que tem estado a ser terraplanado e a organizá-lo para receber as autocaravanas que serão proibidas estacionar junto à praia, que, há muitos anos, era uma ambição da população, mormente das pessoas que residem naquela zona. Referiu que a Junta de Freguesia, em colaboração com a Câmara Municipal de Peniche, estão em vias de resolver o problema, e espera que no dia vinte e sete, aquando do arranque da época balnear no concelho, que estejam em condições de passar aos atos. Manifestou interesse, e já foi feito o pedido à Câmara Municipal, em passar a taxar o estacionamento no espaço existente, nos mesmos moldes que a Junta de Freguesia de Ferrel está a fazer no estacionamento da Praia do Baleal, com a particularidade de que a receita que advier daquele estacionamento será para investir em melhoramentos na Consolação, que bastante carenciada está, compromisso que assume enquanto estiver à frente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia.

O senhor Deputado Ademar Marques falou sobre o falecimento da Valentina, uma situação que a todos chocou, pelo que informou que a Junta de Freguesia está a projetar, também, na sequência de muitas solicitações recebidas na Freguesia, construir um Memorial à pequena Valentina. Referiu que, naturalmente, pretende um Memorial simples, mas nobre e que, sobretudo, sirva como mensagem, para que não se repitam, no futuro, casos como este, que muito chocou o concelho e, particularmente, a Vila de Atouguia da Baleia.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Se associava aos votos de pesar e aos lamentos. Aos votos de pesar pelas mortes e ao lamento pelo que foi referido pelo senhor Deputado Ademar Marques e pelo senhor

Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, que foi um acontecimento, para além de trágico, chocou todos pela sua brutalidade e por não se pretender aceitar que seres humanos consigam fazer atos tão criminosos. Referiu que situações desta se vai vendo um pouco por todo o país, mas quando se torna tão próximo faz criar uma angústia e uma revolta que é difícil digerir. Aproveitou o momento para agradecer a todos os que estiveram envolvidos, particularmente, o empenho do Comandante da Proteção Civil, do Comandante da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Investigação / Judiciária, que fez um trabalho brilhante, dos Escuteiros, que tiveram uma participação bastante intensa, e a toda a população em geral. Apresentou um voto solidário ao senhor Presidente de Junta da Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, um forte abraço à população de Atouguia da Baleia. Informou que estiveram a falar sobre a proposta da Junta da Freguesia de Atouguia da Baleia e a discutila e que num primeiro momento pode parecer outra coisa, mas será um simbólico e importante para marcar aquilo que, sendo negativo, é um louvor, uma bênção, em relação às crianças.

Em relação à questão da Covid-19, agradeceu o empenho, o envolvimento, o risco dos muitos que estão na primeira linha, os da saúde, os Bombeiros, todos os que continuaram a trabalhar. Referiu que enfrentar este inimigo, que é muito complicado, está em cada um de nós. Concorde em absoluto com algumas observações que vão sendo feitas de que há pessoas que ainda não perceberam a gravidade da situação. Acrescentou que será muito difícil, porque há situações de risco permanente e há pessoas, que não são apenas os jovens, que continuam a arriscar e a colocar a vida dos outros em perigo. Referiu que todos aqueles que têm mais consciência da situação, têm de fazer mais o seu papel e, ele próprio, procura fazê-lo com os que estão mais envolvidos e há algumas pessoas que estão permanentemente envolvidas, a tomar decisões que não são fáceis, nomeadamente com o Delegado de Saúde e com o Comandante da Proteção Civil, mas existem outras entidades que têm que ouvir, tais como a Agência Portuguesa do Ambiente, a Capitania do Porto, com a Polícia de Segurança Pública e com a Guarda Nacional Republicana. Registou, também, que houveram pessoas que não tiveram o direito de ficar em casa, para além das pessoas que estiveram a trabalhar nas empresas, houve trabalhadores do Município em teletrabalho e outros que não puderam ficar em casa, particularmente os trabalhadores da recolha do lixo e outros que estiveram sempre em permanência, pelo que agradeceu a todos.

Em relação aos testes, têm estado a verificar a melhor forma de o fazer, mas existem orientações da Direção Geral de Saúde. Referiu que a questão não é simplesmente fazer as análises no Cete Mares ou num outro laboratório, nem a questão financeira, mas obriga ao envolvimento, mesmo em momentos de maior exigência, do ACES Norte e da montagem da logística, em que tem tido o apoio, excecional, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche em coordenação com o Comandante da Proteção Civil. Referiu que devem estar atentos e chamar à atenção em todos os momentos, porque as pessoas facilitam muito, inclusivamente as pessoas a quem foi testado positivo ou que estiveram em contacto com pessoas infetadas, devem ter a iniciativa de comunicar e isso não acontece. Informou que estão atentos, que estão a fazer o melhor possível e continuam a discutir o assunto com o Comandante da Proteção Civil e com o Delegado de Saúde.

Concorde e defende que devem existir estímulos à economia e às dinâmicas que têm que ser criadas, e tem-no assumido. Na sua opinião, não há outro caminho, não se

pode parar, e cada vez está mais consciente que na maior parte dos casos, ou o Município fá-lo bem ou não existe ninguém para o fazer, porque infelizmente não existem organizações fortes para o conseguir. Pensa que num futuro próximo, mesmo com os investimentos do próprio Município, os que estão assegurados e os que estão, ainda, a ser trabalhados, que são importantes, espera conseguir fazer passar a mensagem às empresas. Referiu que tem estado a acompanhá-las e algumas continuam predispostas e acham que tudo isto terá que passar.

Em relação à questão colocada pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, tendo estado de acordo com a decisão e com o propósito de organizar o estacionamento no Baleal, também esteve sempre de acordo em relação ao estacionamento da Consolação e pensa que podem fazer melhor. Referiu que para além da receita, aquele espaço deve ser organizado, concordando em absoluto que aquilo não pode ser um centro de autocaravanas. Acrescentou que relativamente ao terreno referido pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, poderá ser um espaço de futuro, sabendo que para este ano não será possível, mas que terão que trabalhar em conjunto com a Associação Recreativa e Desportiva do Casal Moinho, para tentar que no próximo ano, sem ter um grande parque de autocaravanas, possam ter espaços organizados com alguns serviços para conseguir melhorar a oferta e a devida qualidade que é exigida há muitos anos. Disse, ainda, que está de acordo com o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, em relação à Consolação, mesmo reconhecendo que, em termos estratégicos, começou mal, mas não havendo nada a fazer, há que equilibrar as coisas, tentando adaptar as situações aos tempos modernos, organizando e melhorando os nossos espaços.

José António Amador (CDU):

Disse que na última Assembleia Municipal foi colocada uma questão sobre a Nau dos Corvos, um lugar emblemático de Peniche, que está há dois anos parado, e foi dito que estavam duas pessoas a acompanhar a situação. Solicitou um ponto de situação.

Sobre a questão das ervas em Peniche, chamou à atenção da Câmara Municipal que é urgente tomar medidas rápidas, onde existem zonas onde as ervas têm mais de um metro de altura. Referiu que é urgente tomar medidas, em relação a este assunto, e começar, dentro das suas possibilidades, a limpar as ervas.

Célia Martins (PSD):

Solicitou um ponto de situação, relativamente a processos de delimitação de áreas de reabilitação urbana. Relembrou que em novembro de 2016 a Assembleia Municipal aprovou a delimitação da ARU na área histórica e central da cidade de Peniche e nessa mesma reunião apelou à necessidade de iniciar um procedimento com vista à delimitação de mais ARU, nomeadamente nas sedes de freguesia, mas pretendia destacar, particularmente, os núcleos antigos da Vila de Atouguia da Baleia e, também, da Serra d'El-Rei. Primeiro porque são ambos núcleos que concentram vários edifícios degradados e devolutos e segundo porque estes núcleos também apresentam um elevado valor arquitetónico e patrimonial e, de facto, existem imóveis classificados e com estatutos de proteção, mas existem outros edifícios que, embora não tenham nenhum estatuto de proteção, também merecem atenção e devem ser preservados, porque acabam por ser, também, um reflexo da nossa cultura. Disse que o Partido Social Democrata reclama, há muito tempo, para a necessidade de uma política de reabilitação urbana para

o concelho de Peniche e a delimitação de ARU é, de facto, um primeiro passo para o desenvolvimento de um planeamento mais integrado, nomeadamente através de outros instrumentos como aqueles que se aplicou, no caso da cidade de Peniche, com a operação de reabilitação urbana. Referiu que, frequentemente, quando se fala em planeamento urbano e ordenamento do território, há sempre muita dificuldade de concretizar, porque não há estabilidade do enquadramento legal ou porque é muito burocrático, mas aqui não é o caso. Acrescentou que, desde 2012, os municípios têm à sua disposição meios destinados a agilizar e dinamizar a reabilitação urbana, através da flexibilização de procedimentos de delimitação de ARU, e estas acabam por ter, automaticamente, efeitos diretos para os particulares, incentivando depois a requalificação do parque habitacional, nomeadamente a possibilidade de conferir aos proprietários ou a outros titulares de direitos das propriedades, acesso a apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos que estão estabelecidos na legislação aplicável, no âmbito, também, do código do CIMI e, também, dos programas ao IFRU 2020, e apenas foram tomadas medidas para beneficiar o núcleo de Peniche. Referiu que a última vez que se ouviu falar na delimitação da ARU de Atougua da Baleia foi em 2018, e nem sequer se falou dos outros núcleos que ali referiu. Concluiu, manifestando também, que aquela preocupação, relativamente à política de reabilitação urbana também tem que estar articulada com a política de ordenamento do território através do PDM e por isso aproveitou para solicitar, mais uma vez, à semelhança do que têm feito nas últimas Assembleias Municipais, um novo ponto de situação do processo de revisão deste instrumento, apesar de apontar que é certo que com este novo contexto, a tomada de medidas excecionais e temporárias, relativas à Pandemia da Covid-19, também se refletiu na suspensão dos prazos para os Planos Municipais e o Município de Peniche ganhou mais cento e oitenta dias, mas este adiamento não seria motivo para adiarem as discussões e as medidas que, na sua opinião, devem ser necessárias e consertadas em sede de Comissão Local de Acompanhamento, porque desde abril de 2019 que apenas reuniram uma única vez. Reforçou que, este tipo de ações, no âmbito do processo de revisão deste instrumento, deve ter continuidade.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Participou, durante a manhã de hoje, numa reunião do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias, na Guarda, e ficou muito feliz por ver o senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda valorizar o papel das Freguesias nesta linha da frente, que tem sido a Covid-19, e seria importante que isto fosse entendido desta forma.

Pretendia deixar uma palavra de apreço para todos os membros das Juntas de Freguesias pelo trabalho realizado, aos membros da Câmara Municipal e a todos os Autarcas que trabalharam. Referiu que estão perante uma situação horrível, porque ninguém esperava viver uma coisa destas, enfrentar um problema destes, nem quais as formas, os mecanismos e os meios, isto é algo novo que irão levar desta vida. Referiu que começaram a reunião com o reconhecimento de pessoas que tiveram um papel importante e a tristeza por vê-los partir e um dia mais tarde, ao fazer um balanço das suas vidas, irão verificar que enfrentaram uma situação que jamais pensaram assistir. Disse que a Covid-19 pode tornar-se um problema que terão de lidar no ano 2020 e, provavelmente, no ano 2021, pelo menos, e durante a intervenção do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atougua da Baleia ouviu que era sua pretensão, da qual não

discorda, que haja um espaço junto à Praia da Consolação que tenha estacionamento pago. Sabe que na ordem de trabalhos está, também, a situação do estacionamento pago dentro da ilha do Baleal, e já teve a oportunidade de transmitir ao senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, a dúvida que tem sobre aquela situação, porque, ainda hoje, leu que Viana do Castelo suspendeu as taxas dos parquímetros. Não sabe se estão em contraciclo, mas vivem no mesmo mundo e o mundo que têm hoje é que irão passar uma época balnear que não vai ser fácil, irão ter, desde logo, uma redução de turistas estrangeiros que vai ser significativa, o mesmo se pode colocar no horizonte, relativamente a turistas nacionais. Referiu que não tem a certeza disto, mas gostaria de partilhar a sua apreensão, relativamente à criação de zonas de estacionamento, em 2020, em plena crise como se está a viver, que não é só do ponto de vista da saúde, é uma crise social que já está a ter reflexo no país e no mundo.

Fez uma proposta de recomendação à Câmara Municipal e aos Serviços Municipalizados, no sentido de continuar com a isenção do pagamento da água nos termos atualmente aprovados, até, pelo menos, ao mês de agosto. Disse que não vê, neste momento, no concelho e no país outra alternativa que não passe por serem as autarquias, além do poder central, a ajudar as pessoas neste momento, porque depois virão as consequências da ausência de apoio. Acrescentou que pretendia um concelho que acompanhe a realidade que se vive, onde as pessoas possam ter apoio, e não se podendo fazer certas coisas teriam que assumir perante as pessoas que para dar aqueles apoios não se podem fazer determinadas coisas e é preciso assumir isso.

A Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei não fechou portas, ou seja, fizeram o serviço de desinfeção de ruas, deram o apoio social escolar às crianças que não tinham computadores, e que teve a oportunidade de falar com o senhor Vereador com o Pelouro da Educação sobre este assunto e disse-lhe que podia não haver dinheiro para outras coisas, mas que nenhuma criança da Freguesia da Serra d'El-Rei ficaria sem computador ou sem Internet em casa para garantir a igualdade de oportunidades no acesso à Educação, conseguiram fazê-lo com todos, num trabalho que envolveu o Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia e a Escola Secundária de Peniche. Deu conta que investiram na questão das máscaras e nos produtos. Agradeceu à Câmara Municipal de Peniche os produtos que forneceram para desinfetar as ruas, a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei comprou os equipamentos que não tinha. Disse aos senhores Presidentes de Junta que fizeram investimento, nesta área da Covid-19, que saiu legislação adequada e que podem recuperar muito do IVA que pagaram, que é justo, porque investiram para uma causa de saúde pública e porque a lei assim o permite.

Enquanto dirigente da ANAFRE, gostaria de informar os senhores Presidentes de Junta que foi solicitado, recentemente, ao Governo e à Comissão da Cultura e de Comunicação Social e da Comunicação, que haja apoio para as Freguesias da mesma forma que houve para os Municípios, relativamente à Cultura. Referiu que foi canalizada uma verba de trinta milhões de euros para esse tipo de apoios e eles acham que deve ser feito o mesmo para as Freguesias, não com esses valores, mas com o valor que seja possível.

Teve conhecimento que foram, e bem, suspensas um conjunto de iniciativas de índole cultural, desportiva. Perguntou qual é o montante deste conjunto de iniciativas.

Relativamente ao célebre artigo sobre Peniche, nasceu num Bairro Social, que tem muita honra, e pretendia dizer ao senhor que o escreveu que ele poderia ter escrito o mesmo sobre tantos bairros sociais do concelho de Cascais. Referiu que aquilo foi mau

demais, a imagem de Peniche pode ter sido beliscada, mas, na sua opinião, as pessoas compreenderam que quem o escreveu não estava nos seus dias, porque quando se fala em questões sociais é preciso ter a perceção que se está a ofender, como foi o caso do conteúdo do artigo que fez. Acrescentou que não foi a Coligação Democrática Unitária, nem podia ser, que ligou o Partido Social Democrata local à atitude de um senhor.

Relativamente à rede viária do concelho, manifestou a sua preocupação, porque está num estado de degradação acentuada e impõe-se realizar um conjunto de melhorias. Perguntou, relativamente a 2020, estando já na segunda quinzena do mês de junho, qual o plano para as Freguesias. Referiu que, na sua opinião, deveria existir uma relação constitucional normal e adequada com todos os Presidentes de Junta de Freguesia.

Relativamente à carta que receberam da cidadã Filipa Clara, que tem o direito, como qualquer pessoa que concorre a um concurso público, de se manifestar. Referiu que, na sua opinião, deveria usar todos os mecanismos que a lei prevê, de recurso, até chegar, neste caso, ao órgão fiscalizador para uma discussão política, não mais do que isso.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Relativamente à Nau dos Corvos, primeiro contrataram, por sugestão, o LNEC, por ser a que estava mais reconhecida, que fez uma avaliação ao edifício e ao sistema rochoso, que levou bastante tempo. Referiu que não receberam a resposta formalmente, porque pretendiam fazer a avaliação, mas pelos mergulhos que foram feitos e pelo que lhe foi dito, pena que poderiam estar, de alguma forma, tranquilos. Acrescentou que, depois do relatório final, a Câmara Municipal terá que decidir, mas acha que o edifício terá que ser recuperado de acordo com a primeira avaliação, para além do sistema rochoso. Concluiu que a Nau dos Corvos é demasiado importante para Peniche e, na sua opinião, deve ser feita a reabilitação e posteriormente aberto concurso.

Em relação às ervas, as coisas correram mal, desde logo, porque a partir do momento que tomaram a decisão que não queriam a aplicação de glifosatos, particularmente na cidade, sabiam que as coisas iriam complicar. Referiu que, por vezes não são tomadas as medidas adequadas e, para complicar, com os serviços parados, durante dois meses, as coisas agravaram-se ainda mais, pelo que não conseguiu reagir atempadamente, e assumia a responsabilidade. Deu conta de que estavam a minorar a situação, a Junta de Freguesia de Peniche está, também, a dar uma ajuda, bem como as outras Freguesias, e cada uma das suas localidades estão a fazer o mesmo. Julga ser uma situação que não se repetirá e irão tentar verificar qual a melhor forma, mas não valia a pena discutir questões técnicas.

Em relação ao Bairro dos Pescadores e ao acesso aos balneários, vai verificar. Deu conta que as intervenções têm estado a ser efetuadas por zonas, mas tem consciência das dificuldades e assumiu a responsabilidade.

Em relação à delimitação urbana, existe essa intenção, mas não foi em 2018 a última vez que abordaram o assunto, pelo menos em 2019 falou sobre o assunto. Referiu que é por incapacidade dos serviços, que não estão preparados para o fazer, já falaram com o senhor Professor Jorge Carvalho para o poder fazer, mas terá que fechar o dossier do PDM, que parou algum tempo. Deu conta que estão a meio dos concursos de Chefes de Divisão, que pretendem terminar, para depois ver como proceder. Referiu que pela ação da equipa técnica, a maior parte das pessoas tem correspondido, em relação ao

levantamento dos edifícios degradados da ARU ou fora dela. Disse que estava completamente de acordo com a senhora Deputada Célia Martins.

Relativamente ao fornecimento de água, que votou favoravelmente, não foi uma medida para as pessoas que tinham maiores dificuldades, ela foi generalista que, naquela altura, por várias razões, entenderam fazer acontecer. Disse que, provavelmente, a tomar medidas, iriam copiá-las a outros concelhos que as implementaram e que poucas pessoas têm acesso, porque tiveram de provar as suas dificuldades, a sua destabilização familiar, as suas insuficiências económicas. Referiu que há, de facto, dificuldades, mas é preciso perceber quais são e onde, efetivamente, o Município tem de intervir. Informou que dispõe de dados do desemprego, tem estado muito atento e tomar medidas só para as fazer não valeria a pena.

Em relação aos eventos que foram suspensos, a avaliação está feita, no que toca a eventos e ao montante poupado, e onde se gastou mais.

Sobre a rede viária, a Freguesia que precisa de menos intervenção é a da Serra d'El-Rei. Referiu que os outros Presidentes de Junta tiveram conhecimento, até porque discutiram e alteraram propostas. Sobre a questão da grande necessidade de investimento na rede viária, propôs em reunião de Câmara que se contratasse um milhão de euros para o fazer, a maioria dos senhores Vereadores entenderam não viabilizar, que respeita, mas há situações em que voltará à carga, porque alguém tem que assumir. Acrescentou que nos próximos anos deixará de ser um milhão de euros e passará a ser muito mais, inclusivamente, tem informação sobre o que se fez no passado. Para tranquilizar, disse que estavam a avançar dois procedimentos, um deles por administração direta, que o senhor Presidente de Junta da Serra d'El-Rei conhece bem. Deu conta que foi informado que, na próxima semana, chega um cilindro novo, uma das dificuldades que o município tinha, portanto, haverá algum dinheiro para comprar massa asfáltica e haverá uma empreitada, conforme levantamento efetuado dos arruamentos mais significativos e que conseguirá suportar com financiamento. Referiu que não se esquecerão da Serra d'El-Rei, mas há a consciência e, na sua opinião o senhor Presidente de Junta também a tem, de que, infelizmente ou não, em comparação com as outras Juntas de Freguesias, elas têm muitas áreas, arruamentos, espaços por tratar, em termos de asfalto, quem passar pela Freguesia da Serra d'El-Rei percebe que não está tão necessitada. Concluiu que será avaliado, não por Freguesia, mas por prioridades.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Sobre a questão da isenção do pagamento da água, a sua proposta foi geral e foi no sentido de recomendar à Câmara Municipal que estude o assunto. Referiu que compete à Câmara Municipal e aos Serviços Municipalizados ver qual é a situação, neste momento, para os munícipes do concelho. Acrescentou que não tem dúvidas nenhuma que para os cidadãos esta necessidade é mais sentida, mas isso compete à Câmara Municipal decidir. Disse, ainda, que a situação social do país vai ser muito difícil e isso será visto já no verão.

Relativamente à questão da rede viária, sabia que a Câmara Municipal não aprovou uma das propostas apresentadas, relativamente aos chamados alcatroamentos. Referiu que a questão é que estão no terceiro ano do mandato, a discussão está a ser feita desta forma, quando deveriam estar a discuti-la todos os anos, porque não teriam

chegado ao momento em que é necessário um milhão de euros para investir na rede viária.

Atendendo que estão a poucos meses do terceiro ano de mandato, na sua Freguesia não há alcatrão e nas Freguesias vizinhas, solicitou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que pedisse à Câmara Municipal uma informação sobre a quantidade de tapete ou de outro tipo de alcatrão que foi colocado em cada uma das freguesias. Relativamente à rede viária, deu conta que solicitou uma informação à Câmara Municipal em que houve várias intervenções na rede viária profunda e chamou à sua atenção para a intervenção feita na Avenida Monsenhor Bastos, e lembrou a intervenção feita na estrada entre Baleal e Peniche, e na estrada entre Atouguia da Baleia e Ferrel. Acrescentou que o senhor Presidente de Junta de Atouguia da Baleia conhecia a intervenção feita de São Bernardino até à Carqueja, ao Paço, à Ribafria, aos Bolhos e à Bufarda. Referiu que o senhor Presidente da Câmara disse, e bem, a importância que a estrada do Báltico tem, não para a Freguesia de Serra d'El-Rei, mas para todas as Freguesias rurais, porque a maior parte das pessoas que trabalha no Báltico são pessoas das freguesias de Ferrel, da Serra d'El-Rei e de Atouguia da Baleia, e era uma intervenção que fazia muita falta. Acrescentou que, relativamente à intervenção referida pelo senhor Presidente da Câmara, relativamente à zona envolvente da rede viária, sente que a Câmara deveria ter combinado com a Junta de Freguesia algumas coisas que não combinou, que demonstrou sempre interesse em colaborar, porque todos sabem os problemas existentes, em termos de segurança rodoviária, com árvores em cima da estrada, e cada vez que ocorre um acidente há uma tragédia e não quer que isso aconteça.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

O senhor Presidente da Câmara levantou a questão da recusa do empréstimo, relativamente ao alcatroamento, mas deveria ter dito, também, que toda a gente reconhecia que era urgente alcatroar, e os Vereadores do Partido Social Democrata disseram exatamente isso, e era uma prioridade. Acrescentou que a questão é a forma como se fazia e de certeza que devem ter sido feitos empréstimos no passado para alcatroamentos, nomeadamente quando se trataram de obras grandes, e se foram feitos de outra forma, foram mal feitos e não se deveria voltar a fazer o que foi mal feito, porque os alcatroamentos fazem parte da gestão corrente da Câmara Municipal, os empréstimos devem ser utilizados para aquilo que é extraordinário, logo, sendo este o entendimento, votariam sempre de acordo com a consciência. Disse, ainda, que a sua consciência é que a oneração das gerações futuras, relativamente aos empréstimos, deve ser feita por coisas que elas vão beneficiar e o alcatroamento é sempre preciso em vários locais e, portanto, a responsabilidade de gerir bem os recursos disponíveis em orçamento é do senhor Presidente da Câmara, se não tem dinheiro disponível, então terá de gerir de outra forma para o ter.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

Relativamente àquilo que foi escrito, no jornal Correio da Manhã, por alguém que se diz escritor, obviamente que não usaram politicamente aquele texto, o Partido Socialista repudia aquela forma de trabalhar, aliás quem está na política não pode usar aqueles argumentos. Deu conta que o Partido Socialista fez um comunicado sobre o

assunto e, portanto, não têm nada a ver com o que se passou sobre as declarações contra o Partido Social Democrata, pois repudiam esse tipo de estar na política.

Relativamente à questão do alcatrão, lembrou ao senhor Presidente que está em minoria na Câmara Municipal, são sete Vereadores, o senhor Presidente tem três, e deveria ter percebido isso desde o início do mandato, de que era preciso dialogar para chegar a soluções e não impor determinadas soluções que são apenas suas, em que os outros podem desconcordar. Referiu que a Bancada do Partido Socialista é da opinião que não se pedem empréstimos para despesas correntes, não é uma boa maneira de gerir Município. Recordou que o senhor Presidente disse que não queria, em campanha eleitoral, fazer o chamado “*alcatrão eleitoral*”, mas é o que iria acontecer com os empréstimos, mesmo que venha a alcatroar, iriam começar no último ano do mandato, já seria “*alcatrão eleitoral*”.

Pretendia um ponto de situação sobre o Posto da Guarda Nacional Republicana, um assunto que a Bancada do Partido Socialista tem abordado várias vezes na Assembleia Municipal, que é prioritário, porque a Guarda Nacional Republicana estaria, como já anteriormente disseram, no centro da sua atividade, em Atouguia da Baleia, chegando com maior rapidez a Ferrel e, também, à Serra d’El-Rei.

Relativamente ao Orçamento Participativo, existe um regulamento aprovado pela Assembleia Municipal que não está a ser cumprido, desde 2018, e além disso, alguns projetos de 2017 ainda não foram realizados.

Em relação ao funcionamento dos serviços da Rodoviária do Oeste e também da Rede Expressos, houve uma redução de autocarros da Rede Expressos. Deu conta que neste momento existem, apenas, cinco viagens para Lisboa e o edifício da central de camionagem encerra às dezassete horas. Informou que, na passada quinta-feira, uma senhora que iria iniciar os tratamentos de radioterapia no IPO, pretendia apanhar o autocarro, mas indicaram-lhe que iria existir aquele autocarro. Solicitou que se tivesse em conta, não pela situação particular que relatou, mas por todas as situações que se passam naquele serviço, que é péssimo, quer da Rede Expressos, quer da Rodoviária do Oeste e, também, as questões das viagens para as Caldas da Rainha e no regresso para Peniche. Acrescentou que é necessário que o Município entre em contato com aquelas duas entidades e resolver a situação, para que nunca mais aconteça.

Sobre a questão da Pandemia, perguntou se já foram quantificadas as consequências no concelho, nomeadamente nas empresas, a perda de empregos, de receitas, se existe alguma quantificação nesse sentido, se já se pensou em algumas soluções de apoio às empresas e, além disso, também o apoio que está a ser pensado ao Associativismo. Referiu que muitas Associações estão praticamente sem atividade, mas mantêm algumas despesas. Perguntou se estão pensados alguns apoios.

Presidente de Junta da Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Teria sido uma boa ideia transmitir a Assembleia Municipal pelo Facebook, por ser a rede social mais utilizada e acessível a toda a população, até porque a Câmara tem estado, ultimamente, a ter mais trabalho na área da comunicação, pelo menos tem-se visto mais publicações e muito mais atividade. Referiu que, na sua opinião, seria uma boa iniciativa nesta altura, porque os cidadãos não se podem deslocar à Assembleia Municipal.

Gostaria de agradecer a quem colaborou com a Freguesia e, também, com o concelho, através das suas dinâmicas durante o Estado de Emergência e no combate à Pandemia, nomeadamente às costureiras que fizeram as mais de quatro mil máscaras que distribuíram, às empresas que providenciaram os produtos para poderem doar, a todos os voluntários que colaboraram e principalmente aos agricultores que mais uma vez mostraram a fibra de que são feitos, não só fazendo as desinfecções em Ferrel, mas também na cidade de Peniche. Pretendeu dizer com isto que os agricultores, bem como a restante população, estarão sempre disponíveis para esta cidade, que é sede do concelho.

Continuando na área da agricultura, deveria ter sido e deve ser, ainda, enquadrada uma medida, também, de apoio à agricultura e aos produtores, não só ao escoamento dos seus produtos, mas, também, eventualmente, a criação de pequenos mercados com as devidas condições, nesta altura de pandemia, porque muitos deles, se já estavam nas mãos dos movimentos do próprio mercado e das grandes superfícies, ficaram mais nesta altura e a agricultura, como é hábito comum, fica sempre um pouco mais esquecida no que toca aos apoios do município.

Sobre a questão da Lusitânia Gás para a instalação do gás canalizado, porque têm um terreno que lhe foi cedido pela Câmara Municipal. Referiu que seria bom, não só para as IPSS, como, também, à população, ter o gás canalizado, uma vez que é a mesma empresa, ainda mais numa altura de crise, terem este bem essencial a um preço mais reduzido.

Relativamente ao Waveruller, é um consórcio de dez milhões de euros, que está na Freguesia de Ferrel e não contribui, pelo menos, para a Junta de Freguesia de Ferrel.

Solicitou, há muitos meses, uma relação do IMI, o valor que é recebido pela Câmara Municipal, por freguesia, que não foi, ainda, enviado. Referiu que solicitou o mesmo para a derrama.

Gostaria de perguntar como se encontra o processo do Plano Diretor Municipal. Lembrou que a senhora Deputada Célia Martins já abordou o assunto.

Sobre a questão da época balnear, já abordou o assunto no mandato passado e no atual, em relação ao seu alargamento e o facto de ser a Câmara Municipal a tomar as rédeas do assunto. Referiu que, na altura sugeriram, e não teria de ser a época balnear na totalidade, alargar os períodos de limpeza e alargar os períodos de tratamento da praia. Disse que o mês de maio, com restrições, esteve muita gente na praia, que não estava limpa, fazendo referência ao areal, não havia acessos, nem nadadores salvadores com muita gente dentro de água.

Relativamente à questão dos asphaltamentos, colocou a questão pela primeira vez, na Assembleia Municipal de setembro de 2018. Referiu que a Câmara Municipal recebe, por ano, cerca de seiscentos mil euros para asphaltamentos e não os executou, na sua maioria. Disse, ainda, que o programa eleitoral falava de um plano, a quatro anos, que seria debatido com as freguesias e as populações seriam previamente informadas, mas a única vez que foi à Freguesia de Ferrel, foi tratar da última prioridade da Junta de Freguesia, e o senhor Presidente de Junta de Freguesia soube pelos moradores que andavam a espalhar alcatrão. Acrescentou que a estrada do Báltico tem um grande impacto para o concelho, tem muita gente da Freguesia de Ferrel e um pouco da freguesia rural a trabalhar e a utilizar a estrada diariamente. Não teve conhecimento que tinha havido, em janeiro, o mapa de obras. Soube que houve, a catorze de agosto do ano passado, mas a Junta de Freguesia deve ter sido convocada para o email que está em desuso ou então não foi convocada. Referiu que, de qualquer forma, perdeu um pouco a

esperança nos mapas de obras, porque sempre que se perguntava quando seriam as reuniões, a última resposta dada pelo senhor Presidente, que consta na ata da Assembleia Municipal, foi: *“Não fazia muito sentido haver reuniões para vocês virem cá e saber que não levavam nada”*.

Pretendia alertar para a questão do Pinhal Municipal de Ferrel. Referiu que é verdade, e deve ser dito, que a Câmara Municipal começou a fazer alguma intervenção, apesar de no início ter sido dito que não era o suficiente. Referiu que o Pinhal não teve, ainda, a intervenção de fundo que deve ter e não está livre de perigo, porque depois de se fazer a limpeza são deixados os sobrantes, durante duas, três e até mais semanas, a secar em monte, e isso é pior do que deixá-lo ficar verde, portanto, é preciso pegar como deve ser ou então tinha que haver uma intervenção de outro tipo, porque esperam que continue como está. Informou que existe uma zona do Pinhal que lhe parece, apesar não ser entendido na matéria, que está a ser alvo de alguma praga, porque está a morrer e se deixarem morrer sem fazer nada, o caminho será ter cada vez menos ou nenhum Pinhal.

Perguntou qual é a data prevista para o início da obra de ampliação do cemitério de Ferrel e como está o processo de obra.

Perguntou qual é a data prevista para o início da obra da zona central, da Rua de Nossa senhora da Guia, porque nunca chegou a perceber, no projeto, o que o senhor Presidente pretendia realmente fazer ali.

Perguntou como é que está e quando vai começar a obra para o reservatório elevado de águas, porque são três obras prioritárias. Disse que em 2017 e em 2020 não sabia como estava o processo de obra, nem sabia quando começava.

Ângelo Marques (PS):

Disse que:

Pretendia registar a concordância com o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, em relação ao memorial à pequena Valentina. Na sua opinião, é uma boa iniciativa, que, obviamente, não apagará aquele momento trágico para todos, mas que, de alguma forma, releva a importância de todos serem mais conscientes no acompanhamento destes casos e na prevenção destes crimes hediondos.

Se revia e reiterava todos os agradecimentos e cumprimentos efetuados aos profissionais da linha da frente, no quadro da Covid-19.

Gostaria de saber qual o valor que iriam poupar no apoio financeiro logístico, em virtude da não realização de eventos. Referiu que tinha a certeza de que o senhor Presidente da Câmara teria a noção de onde iria investir esse dinheiro. Acrescentou que, depois de ouvir os seus colegas Deputados Municipais, ficou com a certeza que não é muito difícil perceber onde poderá ser investido o dinheiro, porque falou-se da remoção de ervas, da falta de alcatrão, de alguma preocupação no apoio social e, neste âmbito, estava a acompanhar o senhor Presidente de Junta da Serra d’El-Rei, Jorge Amador, com uma diferenciação que, apesar de ser urgente apoio social a certos nichos da nossa população, importava não fazer disso a preocupação única, ou seja, devem continuar a ter atratividade, a captar investimento e continuar a ajudar no progresso do nosso concelho. Disse, ainda, que o senhor Presidente, relativamente a esta questão, teria também, com certeza, melhor que ninguém, acompanhado este processo e sabia exatamente onde terá de investir a poupança que será feita em virtude na realização dos eventos. Espera, também, que a não realização de eventos e a consequente poupança monetária leve, depois, a um reinvestimento em alguns eventos e em algumas

festividades. Disse que teriam de sair deste quadro com responsabilidade, mas há um futuro, em que todos se sintam com prazer e com satisfação, portanto, têm de ligar a questão da cultura, dos eventos e da atratividade. Referiu que o senhor Jorge Amador, enquanto Presidente da Serra d'El-Rei, falou de uma proposta que a ANAFRE fez e, na sua opinião, faz algum sentido que se aproveite a possibilidade que o Governo está a dar na questão da dinamização da Cultura aos Municípios e aproveitar também essas verbas. Relativamente aos valores, disse que só vão existir, porque não vão ser investidos em apoio logístico e financeiro para os eventos, mas gostaria de saber, no quadro do combate à Pandemia Covid-19, se existe ideia, em termos de quantificação, quais são os valores monetários que o Município de Peniche já despendeu, seja no apoio à população e às IPSS. No caso da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, teve conhecimento que o Município atribuiu um reforço de subsídio que, na sua opinião, foi bom, porque eles têm realizado um trabalho notável. Perguntou se, no âmbito do apoio às IPSS, houve outros apoios monetários, referindo que soube que foram feitos alguns apoios e protocolos.

Gostaria de perceber se o Conselho Local da Ação Social foi envolvido na procura de respostas, também no quadro da Pandemia Covid-19.

Pretendia saber se os Agrupamentos Escolares e os Diretores desses Agrupamentos foram envolvidos nessas respostas, se houve articulação com o Município e se a Associação que representa as empresas do nosso concelho, o Move Peniche, fez alguma tentativa para chegar à fala com a direção para se encontrar soluções conjuntas e articuladas. Acrescentou que em momentos como estes, só com a ajuda de todos, com articulação de todas as forças políticas, todos os autarcas, todas as associações e as forças vivas do concelho.

Pretendia congratular o Município de Peniche, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, pela criação, implementação da plataforma informática do urbanismo denominada "No Paper", que é uma plataforma de simplificação de procedimentos. Concluiu que, na sua opinião, foi uma excelente iniciativa, que faz votos e espera que uma resposta deficitária em termos de tempo, melhore com esta plataforma.

Presidente de Mesa da Assembleia Municipal, Américo Gonçalves (PS):

Disse que iriam fazer uma pausa para dar a palavras ao público que se inscreveu.

Agradeceu aos senhores Vereadores que se encontram em videoconferência, porque não o tinha feito, ainda.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes em videoconferência que, através de marcação prévia, manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

EDMUNDO MIRANDA:

Perguntou ao senhor Presidente da Câmara o que decidiu acerca do Abrigo dos Pescadores que, em princípio, deveria estar desocupado. Gostaria de saber se já tomou alguma decisão, se tomou qual foi, se não tomou, qual irá tomar.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que a questão colocada pelo senhor Edmundo Miranda se refere a um abrigo que vagou, as chaves foram entregues à Câmara para o poder reabilitar, porque havia um problema, e não foi o Presidente de Câmara que decidiu sozinho, foi o Presidente de Câmara que propôs. Deu conta que o problema se prende com o facto de existir um estabelecimento comercial que está arrendado, que tem como condição fornecer um quarto que não existe. Referiu que, no ano passado, já o tinha solicitado e acabaram por pedir uma casa ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, resolveu-se a situação, no ano passado. Acrescentou que este ano o problema mantém-se, mas uma vez que o abrigo foi entregue à Câmara, propôs que o mesmo fosse entregue à empresa que está a explorar aquele estabelecimento comercial. Informou que a casa, durante este ano, está entregue, mas há um conjunto de situações que terão de analisar muito bem. Concluiu dizendo que a casa está entregue, a Câmara aprovou a sua proposta e o senhor Edmundo Miranda também sabe que o Regulamento dos Abrigos da Berlenga está ou vai estar em discussão, vão procurar melhorá-lo e estabelecer outras regras e, também, sabe que nem todas as casas do bairro estão entregues aos pescadores, porque isso também estava previsto.

EDMUNDO MIRANDA:

Referiu que realmente está previsto, mas as pessoas a quem vai ser entregue a casa não têm direito à mesma pelo simples facto de não se poder encaixar no Regulamento em vigor. Disse que não existindo as marítimo-turísticas, há o pescador, nunca um comerciante que não tem licenças adequadas para adquirir um abrigo de pescadores. Disse, ainda, que o Castelinho sempre existiu e sempre houve abrigo para ele. Deu conta que o senhor Filipe, atual arrendatário do restaurante, é que se recusou a ter lá alguém, que não deveria ser contra uma situação que acontece há muitos anos e o senhor Presidente tem que se impor e tem que ser justo, porque não está a ser, está a faltar ao respeito aos pescadores, que vão acabar por ter que ir para o fundo de desemprego, por não terem condições para pescar e alegarão que o senhor Presidente da Câmara não atribuiu uma casa a quem tem direito e mais necessita dela. Informou que tinham a intenção de fazer uma providência cautelar, mas não pretendem entrar em litígio com a Câmara, porque, de certa maneira, este problema tem várias soluções, basta que o senhor Presidente queira solucioná-lo. Acrescentou que, segundo consta, há quem esteja a usufruir de uma casa que não utiliza há dois anos e, também, não paga a renda, tratando-se de uma infração, e a ser verdade essa pessoa tem de ser excluída imediatamente, portanto, o senhor Presidente tem uma segunda solução, ou entrega aos pescadores a casa que está a pensar dar ao Castelinho ou quem não paga a renda terá que ir para a rua. Disse, ainda, que outra das soluções poderia ser o Centro Interpretativo da Berlenga que, na sua opinião, não serve para nada, mas com o patrocínio das marítimo-turísticas, poderia ter sido feita uma tenda no cais, as pessoas passeavam, viam televisão e compravam os bilhetes, que, na sua opinião, fazia sentido. Referiu que se a Câmara Municipal assinou um protocolo com o Castelinho e tem que providenciar guarida, tudo

bem, mas é um problema da Câmara Municipal, não dos pescadores. Indicou que têm despesas para pagar, querem trabalhar, não querem ir para a Berlenga passar férias, para as caldeiradas, para apanhar sol, levar para lá as famílias para passar os fins de semana, querem uma casa para trabalhar. Adiantou que não pretendem exigir nada, nem casas de banho, nem obras, criariam as suas próprias condições, porque acham que a Câmara Municipal não é obrigada a resolver os problemas todos, quem lá está, também, os deve resolver e se querem condições teriam que as criar. Voltou a frisar que não querem entrar em litígio, mas o senhor Presidente tem que arranjar uma solução, porque estão parados desde que ficaram sem a casa, e porque é sua obrigação, foi para isso que a Câmara Municipal ficou responsável pelos Abrigos dos Pescadores, para resolver e não complicar. Solicitou que fosse encontrada uma solução para não terem que ir para o desemprego, ou então serão obrigados a ocupar uma casa.

Adamar Marques (PS):

Agradeceu ao senhor Edmundo a questão colocada.

Disse que ficou a conhecer, mais ou menos, o que está em causa e pelo que sabe há um problema que vem do passado, que tem que ver com um erro no contrato da concessão do Castelinho, que se previa que o alojamento fosse no outro estabelecimento o que, em bom rigor, não faz sentido, só fez sentido no passado, porque os dois estabelecimentos tinham a mesma pessoa. Referiu que esteve envolvido na elaboração daquele Regulamento e, de facto, é verdade que aquelas casas são para os pescadores e para as marítimo-turísticas, isso é incontornável. Concluiu que, sem conhecer a questão, parece-lhe um dado verdadeiro, dito isto, de facto, é o senhor Presidente da Câmara que tem de ver qual a melhor forma de resolver.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Agradeceu a questão colocada.

Disse que a questão dos abrigos nunca foi uma situação fácil e quando começou a ouvir o senhor Edmundo Miranda a falar, lembrou-se que já passaram três anos que esteve na Câmara, porque este é um assunto recorrente, é uma matéria difícil, que não é fácil de agradar a todos e tinham de assumir isso, e estava muito à vontade, porque nunca teve esta responsabilidade que, como se sabe, era o senhor Presidente, António José Correia, que a tinha. Na sua opinião, tem de se encontrar uma solução, o senhor Presidente dará a informação que a Assembleia Municipal não dispõe. Disse que uma coisa era encontrar a solução para o problema, a outra coisa é colocar o Centro Interpretativo da Berlenga, que acha importante para o visitante, mas é preciso perceber que na Ilha da Berlenga, ou se faz um edifício com outras condições ou então tinha que ser aquele, porque a ilha também não tem possibilidade de ter construções de grande dimensão. Referiu que, na sua opinião, em qualquer ilha, um Centro de Interpretação faz muita falta. Disse, ainda, que o senhor Presidente, obviamente, dará a resposta que entender sobre uma matéria que para quem não está na Câmara não sabe, em concreto, o que se passa.

FILIPA CLARA:

Passou a ler:

“Com esta minha intervenção, pretendo apelar a esta Assembleia Municipal que tem o poder de apreciação e fiscalização no Município de Peniche, que tomem conhecimento de como os procedimentos concursais deste Município, têm vindo a decorrer ultimamente. Em 2017, candidatei-me a um lugar de Engenheiro Cível para a Câmara Municipal de Peniche e senti que houve um acerto de notas em fase de entrevista, por forma a beneficiar um dos candidatos bem classificados regularmente. Em 2019, candidatei-me ao procedimento concursal para os SMAS para o preenchimento dos postos de trabalho. Era uma das melhores candidatas a nível curricular e preparei-me adequadamente para a entrevista. A 28 de janeiro, quando recebi as notas da entrevista, apercebi-me que os três candidatos melhor classificados curricularmente teriam sido os candidatos com as notas mais baixas ao nível da entrevista, sendo que o candidato melhor classificado teve mesmo nota negativa de 9 valores. Houve aqui, naturalmente, uma inversão de notas, pareceu-me mesmo que as notas fizeram o pino, as notas atribuídas pelos três membros do júri, avaliando quatro fatores, a concorrentes distintos resultaram em noventa e seis notas iguais. Assim, para mim, não restam dúvidas de que parece ter havido um acerto de notas para beneficiar candidatos menos bem classificados a nível curricular. Uma vez que me sentia prejudicada com a nota que me tinha sido atribuída, optei por reclamar em sede de audiência prévia, onde apresentei no dia 6 de fevereiro, a minha reclamação. Não tendo uma resposta por parte do júri, nos dez dias úteis seguintes que seria o prazo limite legal para me responderem e perplexa com toda a conduta do júri, durante o procedimento concursal, dei conhecimento no dia 25 de fevereiro aos três administradores dos SMAS, de que aguardava a resposta do júri e que o concurso estava a decorrer com muitas irregularidades e que esta era apenas mais uma. A resposta do Júri chegou-me a 27 de março e em suma, o Júri não tendo com explicar as notas atribuídas e passo a citar:”. Declaro pretender junto das instâncias adequadas, apresentar a respetiva queixa por crime de difamação só e apenas pelo facto de eu ter constatado factos reais e de ter reclamado por isso.” Durante todo o concurso, nunca incorri em nenhum crime, sempre tive uma conduta leal, honesta e transparente. Tenho a apontar que não houve cumprimento de prazos de limites legais, as informações deste concurso não foram afixadas nas instalações dos Serviços Municipalizados e não foram publicadas todas as atas na página eletrónica. Infelizmente, aquilo que se passou comigo, está também a acontecer com noutros concursos deste Município, isto leva a que haja um enorme desperdício de capital humano altamente qualificado, não estando o Município a recrutar os melhores técnicos da sua região. Este concurso não traz felicidade a nenhuma das partes e com este tipo de condutas nos concursos, ninguém sai a ganhar, muito menos o nosso Município. É realmente lamentável como no ano de 2020, ainda temos que abordar este tipo de temas. É triste que um concurso deste género tenha que terminar, possivelmente, no âmbito jurídico, com acusações de ambas as partes. Perdi assim, a confiança nestes técnicos e nos Serviços Municipalizados, pois o senhor Diretor delegado era o Presidente do júri e verificou-se que não sabem conduzir concursos transparentes, logo todos o restante trabalho executado por estes trabalhadores levanta sérias dúvidas acerca do seu profissionalismo. Peço-vos então, que escutinem o que se anda a passar com os concursos, pois na próxima semana irão haver novas provas de avaliação para os concursos que se encontram ainda em aberto e espero que não venham a assistir mais casos como o meu.

Perguntou qual o motivo da ata 7 não ter sido publicada na página eletrónica dos SMAS, juntamente com as restantes.

Perguntou se consideravam que um concurso em que nem todas as atas são tornadas públicas, seja um procedimento coerente e transparente.

Perguntou se a Assembleia Municipal podia aceitar este procedimento concursal, quando as notas da entrevista profissional de seleção aparentam ser duvidosas e tendenciosas.

Perguntou se os munícipes poderão sentir-se confiantes com os políticos que os representam, quando num procedimento concursal, que é público, existe este tipo de aparentes irregularidades."

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Declarou, sem qualquer dúvida, confiança absoluta nos três técnicos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento que fizeram parte do júri. Disse que, particularmente, em lugares de responsabilidade, e é verdade que estão a seguir alguns concursos, pede a todos os júris, e não tem medo que o confrontem com outra coisa, que escolham os melhores para a sua terra e para os serviços, porque tem a certeza que isso nem sempre foi feito dessa forma, neste momento, se não for feito assim, a responsabilidade será do júri, mas por aquilo que percebeu, a partir do momento em que se passa dos limites e, na sua opinião, passaram-se os limites, o processo que a senhora Filipa Clara referiu, está no Ministério Público.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Para desmontar a tese sobre os políticos, disse que estes não fazem parte dos júris, há muito tempo. Referiu que a senhora Filipa Clara disse, e bem, que o júri é constituído por três técnicos, que não são políticos, porque a lei não o permite. Para que ficasse claro, voltou a referir que os técnicos é que compõem o júri e se existem problemas e se o processo está no Ministério Público, na sua opinião, devem confiar na justiça e depois verificar o que for dito. Acrescentou que a senhora Clara Afonso tem direitos, um deles é o de recorrer ao Tribunal Administrativo e pode ganhar, não seria a primeira, nem a última vez, e se isso acontecer, deve exercer um direito e se alguém agiu mal deve ser castigado por isso.

Célia Martins (PSD):

Agradeceu a participação da munícipe, Filipa Clara, e, de facto, o email que recebeu e, agora, em particular, a intervenção dão, realmente, conta de uma situação que decorre da sua experiência em concursos de recrutamento de pessoal neste Município e podem estar perante vários argumentos, ao nível da tramitação dos procedimentos, os direitos de informação, como disse a munícipe, que foram um pouco condicionados, a questão dos prazos ou das classificações, tratando-se de vários argumentos que, de facto, podem sustentar a formalização de uma reclamação nas instâncias próprias, que será sempre um direito que lhe assiste. Referiu que houve uma questão que lhe chamou à atenção nas duas intervenções, uma escrita e outra na Assembleia Municipal, que é o facto de haver falta de confiança, por parte da munícipe, Filipa Clara, nas instituições públicas locais e ao contrário do que foi dito pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, quem dá a cara pelas instituições públicas são os políticos, mas também são os técnicos, cada um tinha as suas competências e as suas atribuições, mas quer o júri, que é composto por elementos técnicos, quer os políticos, devem zelar para o cumprimento das regras e serem, de facto, exemplares. Acrescentou que a questão da falta de confiança da munícipe, nas instituições públicas locais, lamentavelmente, também é uma falta de confiança que é generalizada pela Sociedade e o mais lamentável de tudo é que, muitas vezes, é alimentada pelas próprias instituições públicas. Disse, ainda, que já concorreu em vários processos de recrutamento e tem conhecimento da publicação de um estudo da Provedoria da Justiça, publicada em 2013,

que decorre das persistentes falhas que existem nos processos de procedimentos de contratação de pessoal, independentemente da natureza das falhas, porque, como é óbvio, há falhas que podem decorrer de alguma negligência, pela falta de capacidade dos recursos e, em alguns casos, poderá haver uma questão intencional, por isso, na sua opinião, têm que reforçar que as instituições públicas devem agir de forma exemplar e agir por antecipação, apostando na questão da transparência em procedimentos de concurso de pessoal, na aquisição de bens e serviços, seja por concurso público ou por ajuste direto, e têm que disponibilizar a informação para evitar esta falta de confiança generalizada. Concluiu, recomendando ao Executivo que, este caso particular, deveria resultar numa reflexão abrangente, no sentido de se verificar como as coisas funcionam, se há realmente algumas irregularidades e lacunas, que possam ser corrigidas, por forma a garantir que se cumpram princípios de uma boa administração aberta, baseada no interesse público, da responsabilidade, porque, de facto, é seu desejo que todos os municípios possam confiar nas nossas instituições públicas locais, de modo muito particular.

Ângelo Marques (PS):

Começou por cumprimentar a senhora Filipa Clara e, também, congratular a sua intervenção, no sentido em que se sente, de alguma forma, injustiçada e, portanto, trouxe o assunto à Assembleia Municipal, que é perfeitamente normal. Referiu que é, também, normal que num concurso público existam pessoas que ficam descontentes, e com isto não pretende dizer que as perguntas feitas pela munícipe, Filipa Clara, não façam todo o sentido. Referiu que, obviamente, a Assembleia Municipal não tem a obrigação de responder à questões, porque não têm os elementos e seria errado fazê-lo. Lembrou que o senhor Presidente referiu que a questão está no Ministério Público e o Partido Socialista gostaria de ter acesso a todo o processo e à sua resolução, para perceberem o que se passou. Disse, ainda, que a munícipe, Filipa Clara, no final da sua intervenção, teve o cuidado, que na sua opinião fez muito bem, de usar a expressão "*aparente irregularidade*". Referiu que gostaria de deixar bem claro que tanto têm direito os municípios que se candidatam a concursos, e por algum motivo não foram escolhidos e têm o direito de protestar pelas vias legais, como também têm direito aqueles municípios, que são trabalhadores municipais, a todo o respeito. Concluiu dizendo que a munícipe, Filipa Clara, tem todo o direito de protestar, porque se sente nesse direito, mas os trabalhadores municipais também merecem o respeito de todos, e da sua parte têm esse respeito.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que uma questão que, na sua opinião, é estranha, e há, provavelmente, um risco no futuro, o júri, que são trabalhadores municipais, que se sentem ofendidos, por isso reagiram, e ele próprio foi solidário com eles, enviando o processo para o Ministério Público, e são eles que terão que pagar as despesas inerentes ao processo, ou seja, estavam a exercer uma função pública e para se defenderem têm que pagar, enquanto que os Autarcas, se forem ofendidos, recorrem ao Tribunal e o Município ou os Serviços Municipalizados pagam as despesas. Referiu que poderia acontecer, no futuro, os técnicos municipais recusar fazer parte dos júris.

RITA GRANDELA:

Passou a ler:

“No seguimento das nossas reuniões, em que os concessionários tiveram iniciativa de alertar a 30 de abril, ou seja, atempadamente, a Câmara Municipal de Peniche para a dificuldade desta época balnear que se aproxima, uma vez que não obtivemos resposta, vimos questionar os seguintes pontos:

O porquê da nossa proposta, aprovada em deliberação no dia 29 de maio, em reunião extraordinária, por proposta verbal do senhor Presidente, em que foi reajustado a abertura da época balnear para o período de 27 de junho a 31 de agosto, no âmbito do Covid-19, ter sido alterada pela Portaria 136/2020, para a data final a terminar a 15 de setembro;

Foi apresentado pelos concessionários o Projeto: “Península Balnear Segura”, a 29 de maio, numa reunião de Câmara à qual não obtivemos resposta nem parecer. Uma vez que não obtivemos resposta, os concessionários estão a reunir esforços no sentido de salvaguardar a segurança dos veraneantes e estão a criar uma associação, no entanto, devido à situação excepcional que todos atravessamos, que a Câmara Municipal participe ou apoie a Associação dos Concessionários, com 50% dos custos, despesas, na segurança das praias. O objetivo principal dos concessionários será sempre salvaguardar a segurança dos utentes de praia, assim como deveria ser o da Câmara Municipal de Peniche. Sabendo que a Câmara Municipal de Peniche tem verbas que não vão ser investidas na Cultura, visto não haver festas, porque é que a Câmara Municipal não investe, neste ano atípico, na única atração turística do concelho: as nossas praias.”

JOÃO CAMPOS:

Referiu que a proposta dos concessionários era do dia 15 de julho até ao dia 31 de agosto e o resultado para dezasseis nadadores salvadores foi de trinta e oito mil euros. Foi-lhes imposto dois meses e meio, trinta e três nadadores salvadores, porque são dois por concessão, o que dá cento e trinta e um mil euros, uma diferença de noventa e três mil euros, uma despesa para os concessionários. Deu conta que os concessionários estão a passar uma grave crise, com quebras na casa dos 70 a 80% e, no seu caso, ainda tem o bar fechado, está a ponderar o que vai fazer à sua vida. Gostaria que todos percebessem a realidade e a angústia dos concessionários e que os tentassem ajudar de alguma forma. Disse, ainda, que todos os concessionários estão desiludidos com o que se passou em relação aos nadadores salvadores, porque incluíram mais uma despesa, num momento destes, e talvez seja a falência de muita gente. Na sua opinião, o assunto deveria ser levado muito a sério, porque esta crise vem para durar, não seria só este ano, será mais tempo, e é preciso que a Câmara Municipal cumpra com aquilo que prometeu, porque até agora, falharam.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que os concessionários fazem acusações que não são verdadeiras e já esclareceu, àqueles que lhe perguntaram, que a deliberação da Câmara Municipal é para valer. Referiu que a deliberação foi no seguimento da proposta dos concessionários, que a época balnear seria de 27 de junho a 31 de agosto. Relativamente à solução para esta situação, disse que a Agência Portuguesa do Ambiente e a Secretaria de Estado teriam de a resolver. Deu conta que colocou a questão pela via que deveria ter colocado, porque foi a via que utilizou e o problema foi que comunicaram as datas muito em cima do tempo, porque o diploma estava para sair. Disse, ainda, que, na sua opinião, se trata de uma situação que tem de ser corrigida, a Câmara não comunicou outra data, comunicou, exatamente, a data que ficou deliberada, portanto, não houve nenhuma falha da parte da

Câmara Municipal, pode, sim, ter havido uma falha processual, porque se o tivessem feito pela via normal, provavelmente não seria estas datas e sim outras. Continuará a assumir que a data que o Executivo Municipal decidiu é para valer, estão a aguardar o esclarecimento da parte da Agência Portuguesa do Ambiente para ver como corrigir o problema. Referiu que, desde o princípio, não concordava que o Município venha a suportar os custos, até porque, para suportar os custos dos concessionários, teriam de suportar, também, custos de outras empresas que serão penalizadas por falta de atividade. Disse, ainda, que a proposta que está em cima da mesa, que tem um valor superior àquele que, há pouco, foi anunciado, e que vem no seguimento das duas primeiras reuniões, uma com a Comissão, onde estiveram presentes ele próprio e o senhor Vereador Mark Ministro, em representação da Câmara, e três concessionários, onde referiu que é uma ambição para o concelho que tivessem uma segurança, uma vigilância das praias de Peniche que fossem uma referência, uma marca e no seguimento daquilo que assumiu, na terceira reunião, já com a presença do Executivo Municipal, os concessionários trouxeram uma proposta, que vem no sentido de criarem um apoio, uma vigilância complementar da Câmara Municipal às duas baías, que está a ser trabalhado, e os concessionários sabem, porque estiveram, também, reunidos, mais que uma vez, com a Associação dos Nadadores Salvadores das Caldas da Rainha com quem ele próprio tem estado a trabalhar, mas não poderia objetivar, até porque seria uma falta de respeito para com o Executivo Municipal. Deu conta que recebeu, ontem, uma primeira proposta, apesar de ter insistido muito e de se ter deslocado, inclusivamente a Caldas da Rainha para acelerar o processo, que vai no sentido de ter permanentemente, o Município de Peniche, dois nadadores salvadores na baía Norte e dois na baía Sul, com um veículo em cada uma das praias, o resto será complementar e com equipamentos. Informou que já está quantificado, mas falta finalizar, e foi feito em tempo recorde, face às dificuldades, e será apresentado em reunião de Câmara. Referiu que a vigilância das concessões de praia, das frentes de cada uma das concessões, é da responsabilidade de cada um dos concessionários. Relembrou que este ano, antes do aparecimento da Covid-19, a Câmara Municipal deliberou que a época balnear se iniciaria no princípio de junho e que iria até 15 de setembro e, também, sabe que um ou outro concessionário contestou esta data, pretendiam que fosse mais reduzida, enquanto outros, como ele próprio, entendem que as praias são, efetivamente, um ativo muito importante do desenvolvimento do concelho, que devem ser vigiadas, dentro da medida do possível, neste caso, com recursos municipais e outros, para complementar o trabalho que os concessionários fazem, e bem. Disse que ter concessões, é uma responsabilidade de cada concessionário, apesar de, normalmente, se argumentar que é uma decisão do senhor Capitão do Porto, mas não é, é o Instituto de Socorros a Náufragos que aprova ou não aprova. Acrescentou que tentou sensibilizar, até para conhecer melhor o problema, mas não pode ultrapassar a competência de cada uma das entidades e estar a procurar influenciar para que haja algum alívio, para que seja reduzido, e todos poderão entender que é legítimo, ele próprio não o faz, porque no dia em que acontecer algum azar, quem o fez, particularmente os políticos que o façam, vão ficar comprometidos e não pretende estar ligado a algum azar em que hajam vítimas.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Relativamente a concessionários e praias, de acordo com o que referiu na sua primeira intervenção, esta questão tem sido colocada há algum tempo e se estivesse maturada respondiam de outra forma ao problema, porque estariam mais preparados, teriam de ter feito o trabalho de casa e não fizeram, agora tinham que correr atrás do prejuízo. Disse que este ano existem várias questões que estão incluídas, portanto, não existem turistas estrangeiros, que são um grande ativo, não só para o enriquecimento em que se costuma dizer que os concessionários têm. Acrescentou que eles só trabalham numa fase do ano e, também, criam muito emprego, porque há muita gente que trabalha e que habita cá, pelo emprego que os concessionários criam, muito para além do período da época balnear, alguns têm emprego para o ano inteiro. Referiu que eles têm dois tipos de prejuízos, um é a falta de clientes e o outro é a despesa que têm, à partida, para poder abrir a porta com as condições que tiveram de criar para dar resposta à pandemia. Deu nota que teve conhecimento de algumas Câmaras Municipais que optaram por pagar 50% dos nadadores salvadores, para dar apoio aos concessionários e, na sua opinião, a Câmara Municipal de Peniche deveria apoiar os concessionários no pagamento dos nadadores salvadores, até porque no Decreto-Lei que refere estas normas, existe a premissa de que podem ser criados protocolos entre a Câmara Municipal e a Agência Portuguesa do Ambiente, até 31 de dezembro, portanto, tem, ainda, seis meses para o fazer e obter a ajuda necessária, nomeadamente financeira. Referiu que tinha dúvidas, mas o senhor Presidente acabou por esclarecê-las, sobre como a Câmara Municipal tinha uma deliberação e agora existe outra. Disse que é difícil perceber como irá ficar, uma vez que está publicado em Diário da República, mas espera que haja uma solução. Referiu que, se realmente os concessionários fizeram uma proposta em abril, como referem, a Câmara Municipal deveria tê-los recebido mais cedo, porque o dia vinte e o nove de maio revelou-se tardio.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Percebeu que estava em causa um valor de noventa e três mil euros.

Em primeiro lugar cumprimentou os concessionários de praia por colocar as questões e transmitir-lhes a sua solidariedade. Referiu que a sua segunda intervenção na Assembleia Municipal foi muito clara, vive-se um momento muito especial, que é de todos. A Junta de Freguesia que Preside dispunha de um valor, para as iniciativas, na ordem dos vinte mil euros, dez mil euros foram para apoio social escolar, quatro mil euros para computadores, fotocópias e nenhuma criança da sua freguesia tem dificuldade por ter falta de apoio. Acrescentou que existem duas situações que não quis deixar de referir, tem muita dificuldade em falar da Agência Portuguesa do Ambiente, não é, propriamente, o tipo de entidade que gosta, e fala por experiência própria, que é inerente a quem já teve funções executivas na Câmara. Disse, ainda, que existe uma questão em que estavam todos de acordo, todos querem e exigem que haja a maior segurança nas praias do concelho, até porque todos dependem destas praias. Adiantou que não está a ver o concelho, este verão, com todas as dificuldades existentes, sem que as praias estejam seguras. Desconhece o que foi feito pela Câmara Municipal, percebeu o que foi feito em Caldas da Rainha, sabe das dificuldades que existem na relação com as estruturas centrais, relativamente a estas matérias, mas é preciso colocar ao Governo e ao Ministério, que tem esta área, que se há compensações financeiras para todos os setores, porque razão não as há para este setor que é determinante para o êxito económico, social e político do

nosso país. Referiu que, hoje, a senhora Ministra da Tutela afirmou, durante todo o dia, que tinham sido detetados casos em que os dinheiros entregues a algumas empresas, tinham sido mal utilizados, porque as empresas tinham os trabalhadores a trabalhar na mesma. Referiu que, neste caso em particular, se trata de um setor que, ou tem receitas, e para as ter tem de ter as pessoas nas praias, ou se não tiver as pessoas na praia, não tem receitas, mas tem despesas garantidas. Na sua opinião, existem dois caminhos, um, e nisso estão todos de acordo, é garantir a segurança das praias do concelho, a outra questão é colocar ao Governo quais são os apoios que serão possíveis dar ao setor e não colocar de parte alguma colaboração da Câmara Municipal, em termos financeiros para reduzir isto. Relativamente ao calendário, percebeu que os concessionários colocaram a tónica nos quinze dias do mês de setembro. Referiu que não tinha a mesma opinião do senhor João Campos, na sua opinião, efetivamente, em setembro temos turistas, aliás, acha que este ano a época balnear vai dilatar no tempo, porque estão em junho, a maior parte das pessoas está com dificuldade em decidir se vai de férias ou não. Acrescentou que esta questão de setembro, talvez deva ser equacionada com cuidado, com medidas concretas, de forma a minimizar os custos e o que têm hoje é um problema de minimização de custos, porque as pessoas, em anos anteriores, tinham turistas e nesta fase não têm.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Pretendia saudar os concessionários de praia pelo esforço que estão a fazer para se adaptarem neste ano que é, certamente, muito difícil e têm uma implicação que não é só de quantas pessoas estão na praia, é também se as pessoas vão ou não às concessões como iam antes, porque essa é outra questão, é provável que não vão tanto, e isso já se estará a sentir. Todos sabem que o dinheiro não estica, não dará para tudo, mas, na sua opinião, a Câmara Municipal é, obviamente, uma interessada em ter os concessionários como aliados para resolver esta situação, porque o importante é, como já foi dito, criar uma marca de segurança, de confiança, para que as pessoas venham para cá e isso aliasse com o que disse no princípio, é de facto preciso dar um empurrão à atividade económica que passa por essa marca de segurança e de confiança para que as pessoas sintam que estão seguras. Há depois questões para as quais alertou nos mandatos passados, que continuam por resolver. Disse que não se percebe porque é que na zona junto à ilha continua sem estar resolvido e depois tem de haver apoio do concessionário do Baleal Norte para essa zona, questão essa que já deveria estar resolvida, porque é uma zona muito frequentada por muitas crianças e onde o mar nem sempre é calmo, e isso com certeza que se verificava noutras zonas, como o senhor Presidente referiu as baías, que é preciso assegurar que a proteção é adequada. Concluiu dizendo que tem a certeza que é possível encontrar um entendimento para que, num meio termo, se consiga garantir, e isso é o mais importante, a segurança nas nossas praias. Agradeceu aos concessionários o esforço de concertação que estão a fazer entre si, porque é fundamental que se consiga resolver como um todo a questão da segurança das praias.

Ângelo Marques (PS):

Disse que:

Pretendia sinalizar a articulação entre todos os concessionários de praia e agradecer a intervenção nesta Assembleia Municipal. Referiu que esta situação, na

verdade, não é fácil. O senhor Presidente de Junta de Ferrel, Pedro Barata, não disse as Câmaras Municipais, o senhor Presidente de Junta da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, referenciou Cascais, mas há inúmeras Câmaras Municipais que felizmente, por terem contas favoráveis, conseguem garantir a questão dos nadadores salvadores, mas não é o caso, concretamente, de Peniche, que não conseguia garantir a 100%, provavelmente a 50% também é difícil, mas talvez possa haver uma percentagem que consegue garantir. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara que marcasse, imediatamente, uma reunião com os concessionários de praia para tentar resolver esta situação, porque têm que garantir a segurança das nossas praias.

ANDRÉ NUNES:

Referiu que, relativamente à diferença de valores, foi dito pelo senhor Presidente que seriam noventa e três mil euros mais o reforço dos quatro nadadores salvadores, mas não é. Esclareceu que são os noventa e três mil euros, porque nesta situação passariam a ter um nadador por cada concessão, mais os quatro nadadores com moto quatro que iria ser o reforço, e daí ser apenas os noventa e três mil euros de diferença. Disse que a proposta dos concessionários seria ter um nadador salvador por concessão mais o plano, neste momento irão ter dois nadadores salvadores por concessão, com o plano, daí dar a diferença dos noventa e três mil euros.

MARCELINO PEREIRA:

Disse que pretende obter uma resposta sobre o problema da falta de limpeza nos Casais do Baleal, mais precisamente na zona da urbanização da Quinta das Palmeiras, zona onde reside. Deu conta que existe lixo por todo o lado, ervas nos passeios com quase um metro de altura e não era habitual isto acontecer. Referiu que os arbustos que estão nos passeios dão azo a que os animais domésticos, de donos que têm pouco civismo, façam as suas necessidades por todo o lado, que também é preocupante, em termos de saúde pública. Informou que a sua primeira reação foi entrar em contacto com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, que lhe disse que não podia fazer nada, teria que ser resolvido pela Câmara Municipal uma vez que a Junta de Freguesia só consegue fazer Ferrel e tem, também, a possibilidade de fazer uma limpeza na Avenida do Mar e na Avenida da Praia, se bem que, na Avenida do Mar só é feita metade da via, do lado contrário nunca se vê limpeza. Adiantou que seguiu a sugestão do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel e enviou um email, no dia nove, para a Câmara Municipal e para todos os senhores Vereadores, com algumas fotografias para mostrar o que se está a passar, e até à data não obteve qualquer resposta e como munícipe, sente-se um pouco esquecido. Perguntou o que está planeado, se realmente conseguem fazer alguma coisa e se é a Câmara Municipal que tem de o fazer, porque a situação está a tomar proporções um pouco estranhas.

Sobre a questão das vias, especialmente Ferrel - Peniche, que está num estado lastimável, perguntou quando estavam a pensar fazer alguma coisa.

Percebeu que a época balnear está a ser arrastada de semana para semana, não há nadadores salvadores na praia, não há ninguém que tenha o mínimo de vigilância lá, mas a verdade é que as praias têm bastante gente. Referiu que tem frequentado a praia, às vezes com algum receio, porque tem uma filha pequena e acaba por ter que ir com ela

para a praia e nota que há muitas pessoas que não têm cuidado. Acrescentou que, pelo menos, teria que haver alguma preocupação, que desconhece se é da Câmara Municipal ou se da Capitania do Porto de Peniche, para ter gente na praia ou alguma informação, porque há pessoas que não têm o mínimo cuidado.

Daquilo que ouviu, este ano tem que haver um controlo muito apertado, relativamente aos estacionamento desordenados, mas a verdade é que nos últimos fins de semana isso já se começa a ver, ainda por cima com parque de estacionamento pago, já se vê estacionamento desordenado e, na sua opinião, isso deveria ser controlado.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Em primeiro lugar agradeceu aos concessionários a intervenção feita.

Gostaria de agradecer ao senhor Marcelino Pereira que, numa tentativa de alertar, envia recorrentemente email para a Junta de Freguesia de Ferrel com fotografias. Disse que na Quinta das Palmeiras sabe qual é o estado, porque há uma ou duas semanas, antes de lhe ser enviado o email, tinha andado no local, de porta em porta, a distribuir máscaras, mas o assunto da Quinta das Palmeiras é o mesmo de sempre, mas com a questão da transferência de competências o assunto ficará resolvido. Indicou e descansou o senhor Marcelino Pereira, que a Avenida do Mar não se limpa apenas pela metade, tem é que se começar por algum lado e na Junta de Freguesia são poucos e não conseguem fazer tudo ao mesmo tempo. Deu conta que limpam a Avenida do Mar, do início da ciclovia até Peniche, posteriormente, irão limpar o restante que lhes diz respeito, e retornaram à Avenida do Mar, na parte Sul. Relativamente à parte sul, entendeu a queixa do senhor Marcelino Pereira, por haver pouca limpeza, porque no acesso à garagem do local onde reside está sempre um pouco sujo. Crê que aquele acesso, que está em touvenan, vai ser difícil alcatroar num futuro próximo, até porque devesse ter sido feito pelo construtor, mas, se assim fosse, a Câmara Municipal, quando emitiu licenças de utilização, tinha que ter fiscalizado.

Sobre o estacionamento, este ano investiram sete mil euros em segurança privada para ajudar a coordenar e a dar mais qualidade à segurança na praia do Baleal e à vigilância dos bens das pessoas que lá vão.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Não sabia quanto estavam a investir, mas sabe que no espaço em frente ao Balealcoop foi feito um bom trabalho, de nivelamento e compactação. Tem conhecimento que estão a colocar estruturas em madeira, que estavam previstas ser aplicadas, na Marginal Norte, para tentar ajudar a ordenar o trânsito e, também, sabe que no outro espaço mais à frente, onde não se paga, houve uma intervenção e vão ser implementadas algumas medidas para ajudar.

Em relação à estrada Ferrel - Peniche, será um dos problemas que terão de resolver. Referiu que aquela é uma das estradas que, em tempos, foi financiada com um empréstimo. Adiantou que a situação terá que ser analisada, não é o ano propício, farão o que for possível durante este ano e se o Executivo Municipal entender que existem outras medidas a tomar, dentro daquelas que aqui propuseram, fariam, senão entenderem, farão aquilo que conseguirem.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia retomou a apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação à Guarda Nacional Republicana, já estão a ser elaborados os projetos das obras da urbanização. Deu conta que foi assinado um contrato com um projetista, esta semana, com efeitos desde segunda-feira, que tem o prazo de um mês para os fazer e no final de julho lançaram a empreitada. Informou que, brevemente, será aprovada e colocada a discussão pública a minuta do contrato de urbanização, uma vez que já existe acordo informal entre as partes. Relembrou que quem tem o processo tem, também, as candidaturas e, infelizmente, de vez em quando surgem azares nas candidaturas, houve a necessidade de anular três concursos e quem está a trabalhar nesses concursos e no lançamento de novos concursos, não pode trabalhar em outras coisas. Espera que, brevemente, consigam ultrapassar, mas isso também obriga a recursos.

Relativamente à Rodoviária do Oeste e ao transporte, é uma das questões mais problemáticas que, neste momento, a região tem. Deu conta que, inclusive, estiveram a discuti-lo ontem, aquilo que parecia bom, mas sem recursos associados da transferência de competências do Governo para a Oestecim - Comunidade Intermunicipal do Oeste ou para os Municípios acresce responsabilidades muito sérias em termos de custos, mas o assunto está a ser discutido. Informou que iriam ter uma reunião, durante esta semana, com a Rodoviária do Oeste, que está a tentar não prestar os serviços que anteriormente prestava, porque não têm clientes em número suficiente, ou seja, não são rentáveis.

Gostaria de reforçar aquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, referiu, agradecendo a todos, nomeadamente aos agricultores de Ferrel e da Atouguia da Baleia, mas, também, à Junta de Freguesia de Peniche que, também, foi às freguesias rurais, onde todos ajudaram e participaram, quer em Ferrel, quer em Atouguia da Baleia foi feito um trabalho excepcional. Referiu que por vezes há situações injustas, porque foi criado o Gabinete de Apoio às Empresas e não está a ser solicitado como se perspetivava, nem existem as dificuldades que se pensava, pelo que desafiou que lhes apresentassem problemas, que lhes dissessem com objetividade, mesmo às empresas, onde poderiam ajudar.

Em relação a quatro questões que são colocadas recorrentemente pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, solicitou à senhora Vereadora Ana Rita Petinga para tomar nota, no sentido de as poder verificar.

Em relação ao Plano Diretor Municipal, darão a informação assim que a tiverem.

Em relação aos nadadores salvadores, efetivamente, é diferente da maior parte dos autarcas. Referiu que tem muita responsabilidade, não hoje, mas sempre teve, em relação aos dinheiros públicos, e com isso não quer dizer que os concessionários eram irresponsáveis, mas o que é certo é que estavam com uma exigência financeira. Disse que existem investimentos novos de grande dimensão e por vezes parece que o Município está a nadar em dinheiro, só porque deixaram de fazer eventos, mas esquecem-se, por exemplo, que deixaram de ter um conjunto de receitas muito significativas. Acrescentou que os três meses que isentaram alguns concessionários, outros muito mais meses e outras receitas, e é por isso que diz que têm que fazer as contas. Quando há pouco disse

que, em relação aos concessionários, estavam a falar em noventa e três mil, a despesa que estavam a estudar em termos das duas equipas, não são quatro nadadores salvadores, são cinco nadadores salvadores com equipamentos e não estavam lá todos, passa de cem mil euros, aproveitando para dizer que disse isto aos concessionários e entende que deve ser isso. Disse que falavam com as pessoas quando têm alguma coisa de palpável, era verdade que apresentaram aquela situação, mas não havia nada, como as Comissões de Festas, que atempadamente quiseram reunir com a Câmara, não tinham informação, ainda hoje estavam a debater com essa informação. Se alguém quisesse assumir qual é o apoio que está previsto com a APA e com os protocolos, agradecia, porque ninguém sabia. Achou que era um objetivo, poderem fazerem um protocolo com os concessionários, com o objetivo de buscar rubricas aí. Disse que ia falar com os senhores concessionários, mas não fazia propostas que são contra aquilo que acha que é uma gestão responsável, portanto, se os senhores vereadores quisessem fazer, faziam-no. Disse que deviam falar nos concessionários noutra dimensão. Disse que nem tinham a dimensão dos concessionários, vão ter que pedir dados a eles e este ano tinham que os pedir, para saber quais são os contratos, passaram-lhe os dossiers individuais, mas não estava lá tudo, os serviços estiveram a fazer a avaliação.

Em relação ao Pinhal, achou injusto, a equipa do Município, dos Sapadores, estava a fazer um trabalho extraordinário, porque já há muito tempo que a nossa equipa estava a utilizar uma máquina que lhes foi emprestada e também sabia que neste momento, o procedimento para adquirir uma máquina idêntica também estava fechado. Disse que os chamados infestantes, neste momento, já não ficam lá ao monte, são todos triturados, pelo menos, há dois meses, com uma máquina. Disse que limpar o Pinhal levaria seguramente, mesmo com este investimento todo, dois ou três anos. Em relação ao que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel referiu, sobre uma área que está afetada, provavelmente está muito afetada e é uma área mais próxima das fazendas e, inclusive, houve plantações de árvores que não singraram, provavelmente podia ter a ver com os químicos que são ali aplicados e provavelmente ali, teria que se criar primeiro, uma barreira de árvores mais resistentes, junto a aquele caminho, e depois, pôr outras árvores.

Em relação ao cemitério, disse que estava para despachar e que provavelmente, se fosse hoje, a sua posição era diferente. Disse que estava a ser tratado, não sabia se estavam marcadas as duas últimas escrituras, está a ser quantificado para ser lançada a empreitada. Não sabia de datas e provavelmente para a semana conseguirá ver.

Relativamente aos projetos de execução da Rua de Nossa Senhora da Guia, Rua Principal da Bufarda e a Rua D. Francisco Coutinho, disse que vão todas ao mesmo tempo e espera que a senhora Engenheira, assim que tiver disponibilidade, que ponha os três.

Relativamente ao Reservatório de água, era um daqueles processos que, naturalmente, o preocupava porque podiam ter consequências graves no futuro, mas diria que era um daqueles processos que será trabalhado, assim que seja possível, em termos de lançamento do concurso, mas em principio, será tratado com um de dois engenheiros e que tem vários dossiers em mão e espera que tenham resultados.

Disse que quando faziam a análise de todo este processo, passado estes dias todos, depois de doze de março, que para si, era um dia marcante, não andaram a funcionar normalmente. Foram a sítios onde não deviam ir para estimular, para tentar que as pessoas aguentassem, referindo que os Bombeiros tiveram um acompanhamento que nunca tiveram. Disse que era uma situação de exceção, havia algumas insuficiências,

falaram com as escolas, referindo que o MOVE Peniche não tinha estrutura e espera que venha a ter e que seja uma grande associação.

Gosta da plataforma do “No Paper”, que tinha uma grande esperança e aproveitou para agradecer, publicamente, às pessoas que mais se envolveram nesta plataforma, à Arquiteta Ana Carriço, à Joana Marreiros, à Beatriz Silva e ao Duarte Jorge, da informática, mas deu muito trabalho, não foi fácil fazer, mas está na fase final.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que se deveria falar com os concessionários e perceber o plano em que o senhor Presidente da Câmara está a trabalhar, se os pode ajudar mais, talvez até com outro tipo de apoio e poupava no plano, é uma questão de falarem.

Sobre a questão do Pinhal, disse que passa por lá praticamente todos os fins de semana e anda pelo meio do Pinhal onde, quase de certeza, nem o senhor Presidente da Câmara, nem o senhor Comandante passam e há muito mato seco. Disse que teria de haver uma intervenção com uma máquina mais pesada que iria salvaguardar de outra forma, na sua opinião, e se fosse feito um exercício do que já foi gasto, provavelmente ter-se-ia gasto pouco mais e já havia mais trabalho feito.

Ricardo Gomes (PSD):

Disse que:

A sua intervenção vem no seguimento do que foi referido pelo senhor Deputado Henrique Estrelinha e tem que ver com o apoio às IPSS. Referiu que foram propostas em reunião de Câmara, pelos senhores Vereadores do Partido Social Democrata, medidas extraordinárias para as famílias, para as empresas, para os comerciantes e, também, como apoio às instituições de solidariedade social do nosso concelho. Deu conta que outros Municípios já anunciaram medidas concretas no apoio às IPSS e até à data, ainda, não foram conhecidas medidas tomadas por parte do Município de Peniche. Relembrou que têm algumas na linha da frente, o caso das Associações de Solidariedade Social que têm Centros de Dia, Apoio Domiciliário e, também, Jardins de Infância que sofrem algumas dificuldades e que necessitam de medidas de apoio concretas. Perguntou ao Município qual é o conjunto de medidas que estão a pensar tomar e fala, obviamente, em valores monetários, porque algumas têm despesas fixas e certamente que as receitas não são as mesmas, portanto, também, assegurando que esta situação financeira das IPSS não irá ser pior num futuro próximo.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que, em função das dificuldades, têm de agir. Pediu para lhes dizerem quem estava a passar dificuldades, casos concretos, não estão a divulgar tudo, estavam a fazer um investimento muito grande em relação às famílias que lhes pedem apoio, que são sinalizadas e os técnicos vão às suas casas. Disse que se existem dificuldades das IPSS, seja de quem for, pediu para lhes dizerem quais são as dificuldades para avaliarem. Começaram a fazer esse percurso e perceberam que a situação não era tão grave, mas estavam presentes para procurar estar atentos. Disse que se começarem a querer apoiar todos, mesmo aqueles que não precisam, os orçamentos não esticam, como já foi dito.

Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que:

Se congratulava com a notícia, relativamente à Guarda Nacional Republicana, agradecendo ao senhor Deputado Henrique Estrelinha por ter falado no assunto.

Relativamente aos correios, tem consciência da forma como o correio estava a ser distinguido no nosso concelho, porque está a chegar atrasado aos destinatários. Referiu que é inaceitável aquilo que se passa com os CTT e, na sua opinião, deveriam tomar uma posição relativamente a esta situação.

Relativamente à questão da Covid-19, naturalmente, a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia também entregou computadores, foi de porta em porta, também andou a entregar trabalhos da escola que os professores enviavam para os alunos, porque na altura, ainda não tinham computadores a funcionar na sua freguesia. Acrescentou que é verdade o que o senhor Presidente da Câmara referiu de que existem técnicos do Município a fazer um trabalho fantástico no apoio à precaridade, na situação de algumas famílias, e ele próprio já teve o cuidado de valorizar pessoalmente esse trabalho. Disse, ainda, que continuam a apoiar famílias que estão altamente carenciadas e há pessoas e famílias que não imaginava que estivessem a atravessar aquelas dificuldades e por isso, todo o cuidado e empenho deve ser canalizado na ajuda a essas pessoas. Referiu que o apoio social deve ser canalizado para as famílias que estão degradadas, fazer sementeiras de subsídios, por vezes, é estimular a pouca vontade de trabalhar. Não é muito a favor de fazer sementeiras de apoio, porque muitos vivem à conta desses apoios e subsídios. Deve ser feito tudo o que estiver ao alcance de todos para ajudar em situações deste género, em que uma família ou pessoa é atacada por um problema qualquer de saúde, de um acidente.

Relativamente aos alcatroamentos, o concelho de Peniche estava com a rede viária, como já foi dito, profundamente degradada, porque nestes três últimos anos, muito pouco foi feito em pavimentações e no último ano do mandato do anterior Executivo, pouco ou nada foi feito nas zonas rurais, pelo menos na sua parte, na da Atouguia da Baleia. Disse que, no mínimo, as populações têm direito a ter pavimento nas ruas perto das suas casas, num estado minimamente aceitável.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Iria enviar informação dos últimos quatro anos de mandato e das intervenções de alcatrão na freguesia de Atouguia da Baleia.

Relativamente ao serviço postal, informou que no dia vinte e cinco, às quinze horas e trinta minutos, vai participar numa reunião sobre o serviço postal com o senhor Ministro da Tutela, o Dr. Pedro Nuno Santos. Em relação a esta questão, estavam com problemas graves, deviam fazer o registo, porque não é o problema das cartas registadas a vinte dias, era por não haver nenhum correio que esteja a ser entregue a tempo e horas e quis aproveitar para dizer aos senhores Presidentes de Junta, que se quiserem e se entenderem que devem fazer chegar os seus contributos, enviavam para o seu email e colocará as questões em concreto. Quis dizer aos senhores Presidentes de Junta que têm Postos de correio que estava a ser discutido com os CTT, a questão de o valor passar para o mínimo do valor do salário mínimo para cada Junta de Freguesia que como se sabia era de trezentos e sessenta euros, portanto, era uma alteração substancial.

Chamou à atenção do senhor Vereador com o Pelouro da Educação que, ontem, dois jovens que frequentam o 11.º ano, na Escola Secundária de Peniche, estiveram até por volta das catorze horas à espera de um autocarro, quando entravam na aula a essa

hora, entraram na sala de aulas às catorze horas e vinte e cinco minutos. Com muito respeito que têm pela empresa que faz os transportes escolares, que já faturou muitos milhares de euros à custa da Câmara Municipal e de todas as Câmaras Municipais, mas havia uma coisa que tinham de fazer, se tinham serviço público para cumprir, tinham de o cumprir. Não podiam fazer os alunos chegarem à escola atrasados meia hora e quis que o senhor Vereador registasse esta reclamação. Disse que se fosse professor, deixava os alunos entrarem, mas punha por escrito ao Diretor da Escola Secundária e pedia também para que interviesse junto da Câmara Municipal.

Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Agradeceu a quem esteve na linha da frente, funcionários da limpeza, Bombeiros Voluntário de Peniche, Proteção Civil e funcionários da Junta de Freguesia que quase não pararam nesta luta constante.

Em relação aos apoios, disse que os dão e que estão presentes, falar deles não fala, porque respeita quem precisa.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Solicitou aos senhores Presidentes de Junta que lhe dessem informações, porque não tem conhecimento do atraso dos Correios.

Em relação aos transportes, a única reclamação que tem e que é sentida, tem que ver com a cidade.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que não tem necessidade de incomodar o senhor Presidente da Câmara por causa do serviço postal, porque tem uma relação direta com os CTT, coloca-lhes a questão diretamente, mas se entenderem que deve trabalhar em colaboração, não havia problema.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2019:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da informação.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Quando aprovaram os orçamentos, avisaram que aqueles orçamentos iriam ter consequências e hoje têm as consequências desses orçamentos. Referiu que a senhora Vereadora Ana Rita Petinga disse e bem, na sua opinião, a diferença entre o resultado líquido do exercício de 2018, é que nessa altura transitou um milhão e oitocentos mil euros e agora transitam duzentos e setenta e nove mil euros e a verdade é que, apesar de algumas rúbricas terem descido na contratação de pessoal, porque os passaram para o quadro, portanto, subiram substancialmente e são valores fixos, também na despesa com contratos, como prestações de serviço e contratos temporários, também há uma subida. A verdade é que, na sumula disto tudo, fica a faltar o dinheiro para investir e essa é a questão fundamental. Acrescentou que o senhor Presidente da Câmara, há dois anos, disse numa Assembleia Municipal o seguinte: *“Não se pode contratar pessoal, porque senão, ficamos sem dinheiro para investir”*, e foi exatamente isso que fez e que aconteceu, por isso, quando depois quer fazer empréstimos para despesa corrente, é porque não consegue fazer com a receita que tem, que aumentou, aumentaram as receitas com impostos, teve mais quinhentos e quarenta e cinco mil euros de impostos do que teve o ano passado, aumentaram as transferências do Orçamento do Estado, foram mais quinhentos e dezassete mil euros e, portanto, aumentaram as receitas em mais de um milhão de euros, e ainda assim, com esse fator extraordinário da Escola da Atouguia, mostra que há uma incapacidade de dirigir o dinheiro para aquele sítio, onde é preciso que é investir, e depois quando se vai pedir empréstimos para despesa corrente, é natural que lhe digam que não. Disse, ainda, que primeiro claro que é a despesa corrente, porque o alcatroamento é uma despesa corrente anual da Câmara, é uma coisa essencial, as pessoas pagam os seus impostos têm que ter as suas estradas arranjadas e a Câmara Municipal tem que contar com o dinheiro que tem no orçamento, tanto que o tem lá inscrito e depois vai mexendo e pondo mais ou pondo menos, tem que contar com esse, não pode contar com o dinheiro que depois tem que se pagar ao longo de anos, não pode ser, esta é a opinião do Partido Social Democrata. Referiu que as contas estão certas, não punha isso em causa, mas refletem uma situação que não é positiva, o Partido Social Democrata alertou que isto iria acontecer, infelizmente aconteceu.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que os relatórios, obviamente, são o reflexo daquilo que foram as opções tomadas pela equipa que dirige a Câmara Municipal. Referiu que iria por aquele caminho, lembrando que tem, hoje, o mesmo discurso que tinha no passado, quem dirige a Câmara Municipal tem opções.

Relativamente à questão do pessoal, continua a insistir na ideia que é preciso travar, o valor subiu bastante, e sabem que se olharem para todo o lado, que é preciso sempre mais pessoal, porque querem fazer mais, mas há uma altura em que não se pode ir mais longe, com o devido respeito pelas pessoas e pelas necessidades, portanto, mantém a coerência no discurso. Relativamente às contas, não tem nada a apontar. Acrescentou que se há áreas em que as Câmaras e as Juntas de Freguesia evoluíram bastante, foi relativamente à Prestação de Contas, as pessoas não sabem, mas desde logo, para fazer um pagamento é preciso ter um orçamento, ter um cabimento, é preciso ter tudo feito. Disse, ainda, que neste tempo em que está nas Freguesia e pela

responsabilidade que tem na área da formação, aprendeu muita coisa e acha que na área financeira, todos têm que aprender um pouco, quando discutimos o assunto, a ver a evolução da forma como hoje se faz contabilidade no poder local e, na sua opinião, as coisas hoje estavam muito bem encaminhadas e deve-se valorizar muito isso. Referiu que a posição da Coligação Democrática Unitária, em coerência com a que teve, relativamente ao plano e ao orçamento, vai ser de abstenção.

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse que percebe quando o senhor Deputado Ademar Marques referiu que é uma despesa corrente, significando que o asfaltamento poderia ser considerado como receitas correntes porque ele, efetivamente, é uma despesa de investimento.

Ademar Marques (PSD):

Referiu que é precisamente o que a senhora Vereadora Ana Rita Petinga acabou de dizer, deve ser feito, face a uma necessidade constante, como uma receita corrente.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação à questão do investimento no Centro Escolar, que passa de meio milhão, é o contrário, é investimento. Referiu que a senhora Deputada Célia Martins disse que tinham de melhorar, é verdade, mas tem uma máquina pesada e não pode substituir as pessoas que não produzem aquilo que entendem que podem produzir e hoje estava convicto de que precisavam de mais técnicos, bons técnicos, por isso é que mexe consigo o facto de se dizer que se está a contratar com critério, o objetivo é não hesitar, é contratar os melhores, pelo menos a nível técnico. Sobre os procedimentos, referiu que a senhora Deputada Célia Martins falou dos concursos por ajuste direto, hoje, a realidade do aprovisionamento e da sala do setor de concursos, que tem de aumentar, não tem nada a ver com altura que terminou o anterior mandato, teve de ser reforçada.

Deliberação n.º 5/2020: Submetidos os Documentos de Prestação de Contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2019, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constatou-se o seguinte resultado:

Votos a favor: Oito (8) - dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche.

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Dezassete (17) - dos eleitos do Partido Social Democrata (8), do Partido Socialista (5) e da Coligação Democrática Unitária (4).

Os originais dos Documentos de Prestação de Contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2018, ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

3) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA, AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2020 (MODIFICAÇÃO 6):

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vereadora Ana Rita Petinga que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 08 de junho de 2020.

Deliberação n.º 6/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com treze (13) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8) e pelo Partido Socialista (5), e doze abstenções (12) pelos membros eleitos do Partido Social Democrata (8) e pela Coligação Democrática Unitária (4), aprovar a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2020 (Modificação 6).

Os originais dos documentos agora aprovados ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

4) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE PARA O ANO DE 2020:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 01 de junho de 2020.

Deliberação n.º 7/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria, com dezanove (19) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pela Coligação Democrática Unitária (4), pelo Partido Socialista (5), pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara e pelo senhor Ricardo Gomes, eleitos pelo Partido Social Democrata (2), e seis (6) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6), aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano 2020.

5) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2019:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que fez a apresentação da

proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 01 de junho de 2020.

Deliberação n.º 8/2020: Submetidos os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, relativos à gerência de 2019, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constatou-se o seguinte resultado:

Votos a favor: Vinte e cinco (25) – dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), do Partido Social Democrata (8), do Partido Socialista (5) e da Coligação Democrática Unitária (4).

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Zero (0).

Os originais dos Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche, relativos à gerência de 2018, ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA, E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2020 (MODIFICAÇÃO 1):

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 01 de junho de 2020.

Deliberação n.º 9/2020: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar a Alteração Modificativa ao Orçamentos da Receita e da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2020 (Modificação 1).

7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2020:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 01 de junho de 2020.

Deliberação n.º 10/2020: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na

alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2020.

8) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AQUISIÇÃO DE TRÊS ARMAZÉNS, SITOS NA ZONA INDUSTRIAL DA PRAGEIRA:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da informação.

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Relativamente aos armazéns, disse que os conhecia perfeitamente, os telhados estão em mau estado e é preciso demolir tudo o que está no interior. Perguntou qual é o custo.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que não é inteiramente verdade, aquilo que o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves referiu, porque não é preciso demolir o que está dentro dos armazéns, são dois armazéns completos e duas zonas que eram câmaras frigoríficas. Pretendem utilizar a maior parte das câmaras, que são duas áreas diferentes, para gestão de stocks, como a senhora Vereadora Ana Rita Petinga referiu, tirando os pequenos stocks da parte administrativa, o objetivo é fazer uma gestão única, com um sistema informático novo e, inclusive, que os materiais que saem, sejam imputados diretamente a cada uma das obras, portanto, haverá um controle completo. Disse que é preciso contruir a placa num dos armazéns, que são quatrocentos metros quadrados que se for por empreitada custará à volta de oitenta mil euros e se for por administração direta ficaria substancialmente mais barato. Acrescentou que um terço do telhado, pelo que se percebeu e pela avaliação efetuada, não precisa de ser substituído, os outros dois terços precisam de algumas telhas, mas aguentava mais algum tempo, precisa de algumas obras de requalificação exteriores e os pisos estão bons. Referiu que o Canil, que estava previsto, vai para os armazéns ou vai ser feito no sítio onde está, para demolir daqui a alguns anos. Adiantou que não tem dúvidas nenhuma, em relação à estratégia, de que é preciso definir, em termos de armazéns para apoio logístico da Câmara e dos Serviços Municipalizados, que é necessário libertar os espaços que estão, hoje, nos atuais armazéns, e espera que fiquem completamente limpos, como já deveriam estar há algum tempo. Disse, ainda, que serão libertados esses espaços, transferidos um conjunto de serviços que lá estão, nomeadamente a gestão do stock, mas, também, outros serviços, principalmente a guarda dos veículos ligeiros, sendo que uma parte deles está, há anos, na rua, é incomportável que isso continue a acontecer, porque são investimentos que se fazem e que se perdem. Disse que um dos objetivos, e sendo verdade que vão avançar com uma das candidaturas aos fundos comunitários, que está aprovada e terá sido lançado a concurso, a requalificação da Rua da Ponte Velha que passa da rotunda junto aos Bombeiros, requalifica o arruamento todo, abre o arruamento em frente à alfandega

e vai sair perto dos portões. Deu conta que já falaram, em termos de Plano Diretor Municipal, que toda aquela frente de armazéns, de propriedade privada, será abrangida pela possibilidade de construir para habitação e serviços, ainda não está definido, mas pelo menos, foi falado que teria à volta de três pisos, que permite que a nossa frente de terrenos, onde estão os materiais dos armazéns, poderem realizar uma receita que deverá ser canalizada para outros investimentos, nomeadamente para os que são precisos noutras zonas, que como foi referido, será a primeira etapa da transferência dos armazéns de toda aquela área, que serão mais de sete mil metros, que permitia fazer dinheiro, permitia, na sua opinião, abrir um novo arruamento com ligação para trás e permitia definir áreas significativas para equipamentos municipais. Referiu que os proprietários privados, logicamente, vão fazer dinheiro, e tinham o direito de também fazer dinheiro com as propriedades, que são de todos, e que deve fazer receita. Deu conta que a primeira etapa seria adquirir estes armazéns e a segunda etapa seria começar a realizar algum dinheiro. Iniciaram o mandato a conversar com os proprietários de três unidades operativas da Zona Industrial do Vale do Grou, não conseguiram entusiasma-los em partilhar uma dinâmica de um lado ou de outro, para se desenvolver, neste momento estava a trabalhar noutra solução que espera que resulte e que tenham alguma oportunidade durante este ano para concretizar uma dessas zonas. Disse, ainda, que se não avançarem com esta oportunidade, era uma oportunidade perdida para o concelho e estavam naturalmente a hipotecar uma estratégia que se não for avançada hoje, será lançada no futuro, porque o concelho, a cidade, a zona urbana nunca pode ir prescindir de áreas de apoio logístico. Disse que se num dia que entendam que podem prescindir, os armazéns que são financiados a juros muito baixos, era um empréstimo de seiscentos e quinze mil euros, que ao fim de vinte anos, são seiscentos e trinta e dois mil euros e pode dizer que os empréstimos que a seguir puseram a concurso até tinha taxas ainda mais baixas. O que podia acontecer mais tarde, era dentro de outras opções, aquela área de três mil metros que se o Executivo futuro entenda que não deva ficar ali, e que devam ir todos para a zona Vale do Grou, será sempre rentabilizado e a Câmara, de certeza, iria ganhar dinheiro.

Ademar Marques (PSD):

Deu conta que o Município fez uma publicação no jornal “A Voz do Mar” sobre o assunto que estão a tratar, antes de o discutirem, e não consegue perceber a razão de ser daquela publicação, até porque, o Município de Peniche que é o que estava no cabeçalho da folha da Voz do Mar, esta Assembleia faz parte desse Município e os seus representantes, que são eleitos, estão hoje a discutir o assunto e aquelas explicações e valores que estão na página da Voz do Mar não estão sequer nos documentos que foram dados aos Deputados, no respeito por esta Assembleia, havia uma coisa que não batia certo, o Município de Peniche ainda não decidiu sobre este assunto. Disse que se o senhor Presidente da Câmara quiser fazer algum esclarecimento, podia fazê-lo á vontade, mas o Município de Peniche ainda não decidiu sobre aquele assunto, estavam hoje a discuti-lo, portanto, ficou mal a quem decidiu publicar o Município de Peniche, um esclarecimento de uma coisa que não estava decidida, que ainda não foi discutida por esta Assembleia e que tinha que ser. Disse que não era a primeira vez que havia faltas de respeito pela Assembleia, mas esta foi bastante grave. Passando ao assunto e antes de voltar ao que estava nessa página, para que ficasse claro desde já, quis dizer que ao discutir este assunto e apesar das questões que vai assinalar, não punha em causa a intenção, nem de quem

quer vender, nem de que quer comprar, punha em causa o interesse e a oportunidade dessa aquisição, era uma questão de opinião que era legítima. Pôs em causa muito seriamente, o processo administrativo que lhes chegou e esse pareceu-lhe terem ilegalidades flagrantes e que a esta Assembleia que cumpre zelar pela legalidade, lhe parece que fica vedado aprovar este investimento que o senhor Presidente quer fazer, independentemente da bondade dele. Relativamente à oportunidade, referiu que o senhor Presidente disse que era a sua estratégia, acharam como o senhor Deputado disse, que isto era uma má estratégia, ou seja, desistir de dois armazéns arrendados para os quais não se procurou saber se os donos queriam vender para comprar armazéns a trezentos ou quinhentos metros de distância, não lhe pareceu que seja uma boa estratégia. Referiu que os vereadores da oposição, que não estavam presentes para se defender, falaram disso na declaração de voto e por isso o senhor Presidente também foi escrever sobre isso, naquilo que escreveu no jornal "A Voz do Mar". Na sua opinião, o que devia ser feito e aí talvez o senhor Presidente tivesse unanimidade, era um investimento no Vale do Grou, talvez tivesse toda a gente a votar a favor, o dinheiro era ainda mais barato, tinha toda a gente a votar a favor e essa era uma boa estratégia, referindo que o próprio senhor Presidente disse que essa era uma estratégia que devia ser seguida, mas não era agora. Em relação à oportunidade, havia de facto, uma falta de oportunidade de um investimento agora, porque já ontem era tarde e sabiam dos erros que estavam para trás no Vale do Grou, que estavam a tentar resolver e protelar por mais mandatos a questão, não é a solução. Relativamente à mudança para a zona Industrial da Prageira, de dois armazéns e ao investimento que isso acarreta, acharam que não era uma boa oportunidade, não acham que seja uma boa solução, mas era uma questão de opinião. Relativamente a este procedimento, disse que as dúvidas que tinham não eram as mesmas que os senhores Vereadores levantaram, até porque confrontaram-se com uma outra situação, que deverá estar refletida nas declarações de voto que apresentaram, que não estava nos documentos que lhes chegaram hoje. Para si, a questão fundamental, era que as aquisições de imóveis estão muito disciplinadas pela lei, com requisitos muito firmes, relativamente às avaliações porque, precisamente para travar a especulação imobiliária que alguns podem fazer à conta das entidades públicas, se estabeleceram regras e aqui, na aparência, as regras foram cumpridas, o problema era que quando iam ver as avaliações, vão descobrir coisas que os deixaram um pouco surpreendidos e achou que os deviam deixar preocupados e achou que lhes deviam impedir de votar o que estava hoje a ser proposto, porque não achou minimamente que um avaliador que ainda por cima era o avaliador habitual do Município, escreva na avaliação que estava nos documentos dos senhores Deputados, que fez uma visita em janeiro de 2019 aos armazéns, que lhes atribuiu o valor de quinhentos e vinte e cinco mil euros em março de 2019, e que em abril, porque se tinham alterado substancialmente as condições naquela zona industrial, naqueles edifícios, já passavam a valer seiscentos e vinte e cinco mil euros. Disse que a culpa podia não ser do senhor Presidente, certamente não era de quem quer vender, mas não era aceitável que um avaliador escreva que num mês, um imóvel ou um conjunto de imóveis valorizou cem mil euros. O mais grave era que, depois das outras avaliações que foram pedidas e uma em que a data de visita é antes do pedido que é feito, mas mais grave ainda era que a outra era do mesmo valor que o valor inicial que o avaliador da Câmara deu, quinhentos e vinte e cinco mil euros e, portanto, tinham duas avaliações, uma referida por acaso e a outra que lhes é apresentada com esse valor. Lamentou e disse que, do ponto de vista administrativo, isto era um caos e achou que

estavam em causa ilegalidades graves, não estando a dizer que foram por má intenção e aquilo que lhes é apresentado não é aceitável. Voltando à questão do jornal “A Voz do Mar” e das poupanças que anuncia, referiu que o senhor Presidente já disse que acha que não era preciso adequar praticamente os armazéns que quer comprar, mas nos cálculos de poupança, nos vinte mil euros que dizia que poupava anualmente, faltava calcular o valor da remoção dos telhados de amianto dos armazéns municipais que não vão ser prescindidos como a senhora Vice-Presidente disse, porque continuam a ser da Câmara, e esse dinheiro que estava previsto ser investido e que o senhor Presidente disse ser uma prioridade, e acharam que é uma prioridade, e não estava contabilizado. Não lhe pareceu ser uma boa solução comprar património Municipal com telhados que têm de remover porque são de amianto. Disse que nesses cálculos de poupança, parecia que inevitavelmente a situação iria durar vinte anos, mas não tinha, a solução, como o senhor Presidente disse, passa pelo Vale do Grou e por um investimento que até podia ser maior.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que a posição da Coligação Democrática Unitária é muito clara sobre o assunto, desde sempre defenderam que os armazéns, que hoje são os armazéns municipais, deviam e devem ser deslocados assim que for possível, para a zona Industrial Vale do Grou. Quis dizer que não conhecia algumas das coisas que foram ditas, não tinha problema nenhum, porque não estava na Câmara e, portanto, não tinha a obrigação de conhecer alguns dos aspetos, mas julgou que o mais importante seria concentrar nesta opção. A opção do Presidente da Câmara e da sua equipa, de querer levar os armazéns nesta primeira fase, para estes armazéns, era uma opção tão legítima como era a opção, pelo menos da parte da bancada da Coligação Democrática Unitária, dizer sim, mas de vez, o caminho era diferente, a perspetiva era diferente e talvez o sentido de oportunidade também é diferente, mas julgou que estavam muito à vontade. Disse que no início desta semana participou numa iniciativa no distrito de Leiria e achou muita piada quando apareceu uma imagem de Peniche que mostrava o Fosso das Muralhas. Disse que se há obra de que têm muito orgulho era a obra do Fosso das Muralhas e não tinham dúvidas nenhuma disso. Reconheceu que a parte, relativamente à obra do Fosso, uma obra, em termos de engenharia, e estava a falar concretamente da parte da Ponte Velha, que foi muito difícil de executar, até porque um conjunto de infraestruturas que são fundamentais para a cidade passa por ali, todos conheciam essa dificuldade, os milhões de metros cúbicos de lodo que foi retirado do Fosso das Muralhas fazem deste fosso, um fosso com grandes potencialidades no presente e, acima de tudo, no futuro. Também achou que já começava a ficar um pouco tarde, o fosso não ser utilizado por embarcações e achou que todos estavam de acordo com isso, fazia muita falta e achou que era preciso libertar esta área que estavam hoje a falar. No entanto, também acharam relativamente à proposta que lhes é apresentada, que não devia ser provisória, têm, que tomar opções, tem que tomar decisões, e achou que numa obra e num objetivo desta natureza, teria ficado muito bem, porque não era a primeira vez que se fazia isso, ao Presidente da Câmara e à Câmara Municipal, terem tido uma atenção para com a Assembleia Municipal, ou seja, deveria ter sido feita uma reunião de trabalho em que fosse apresentado, como foi hoje apresentado pela Vice-Presidente, Ana Rita Petinga, o que estava em causa relativamente à ideia e ao projeto e por isso, teria sido de todo interessante fazer essa avaliação. Disse que era verdade que havia duas questões que preocupam a todos desde há muitos anos: o aluguer mensal das oficinas da Câmara, não

era destes doze ou quinze anos, já tinha muitos anos, o mesmo já não acontecia relativamente ao espaço onde está parte do nosso espólio museológico, também sabiam que têm muito a ver com a obra da Fortaleza, do Museu e certamente que todos queriam que ficasse pronta o mais rápido possível. Quis dizer que esta questão do valor dos empréstimos não era significativa, entre os seiscentos e quinze mil euros e os seiscentos e trinta e dois mil euros, mas também se podia aplicar à possibilidade de optar definitivamente pelo Vale do Grou, também se pode conseguir empréstimos que permitam soluções financeiras deste tipo. Não conhecia a notícia que saiu no jornal A Voz do Mar, mas achou que tinha de haver este cuidado porque, naturalmente, quando o senhor Presidente da Câmara na sua qualidade de Presidente da Câmara, era uma coisa, mas quando fala em nome do Município, era a Câmara e a Assembleia Municipal e aí não tinha qualquer dúvida. Sobre os outros aspetos, percebia a preocupação colocada pelo Deputado Ademar Marques e achou que um processo desta natureza, se fosse aprovado pela Assembleia Municipal, se fosse enviado para um Tribunal de Contas, era devolvido. Achou que não restavam grandes dúvidas, até com minutas de atas das Assembleias e da Câmara, pelo que viu na exposição, e quis sublinhar que não tinha algumas destas informações. Quis dizer que relativamente à proposta de libertar espaços, achou bem que seja feita a libertação de espaços, não para a proposta que é apresentada hoje, mas definitivamente para o Vale do Grou.

Henrique Estrelinha (PS):

Sobre este assunto, a Bancada do Partido Socialista considera que era um elevado investimento e que não tem uma previsão e um planeamento da intervenção que é preciso realizar posteriormente. Referiu que o senhor Presidente dizia que é uma intervenção simples, mas nem a quantificava, portanto, não tinham sequer um planeamento do que se vai fazer. Concordaram que se deve evitar, se for possível, o arrendamento dos edifícios onde estão as oficinas, por exemplo, mas a solução passava pelo investimento na Zona do Vale do Grou como alavanca e exemplo para os empresários que estão instalados na zona da Prageira e noutras zonas industriais e também por investimento que venha fora do Município. Também já foi dito que o processo foi pouco transparente no que toca a aquilo que foram as avaliações do edificado e, portanto, o Partido Socialista irá obviamente votar contra esta opção pelas razões que apresentou.

Rui Cativo (GCEPP):

Disse que:

“A bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche considera que a aquisição dos três armazéns na zona Industrial da Prageira que consta no plano de investimento plurianuais 2020, aprovados por esta Assembleia Municipal, se trata de um investimento estrutural que beneficiará os Executivos vindouros, na medida em que vem dar soluções e criar condições para um melhor funcionamento dos serviços municipais. A proposta de aquisição dos três armazéns reconhece a necessidade de deslocalizar os atuais armazéns para áreas mais ajustadas às necessidades, nomeadamente para fora da zona urbana da cidade, ainda assim, haverá sempre a necessidade de manter todo um conjunto de serviços no apoio na cidade. Os novos armazéns possibilitarão uma gestão organizada e centralizada de stocks, a criação de zonas de garagem para as viaturas e máquinas que atualmente ficam expostas aos elementos e ao referido apoio aos serviços que competem à Câmara prestar na cidade de Peniche. A proposta refere ainda que está prevista uma importante intervenção de reabilitação e requalificação urbanística na zona da Prageira que

potenciará novas oportunidades de investimento em toda aquela frente. Entendemos, portanto, como uma mais valia investir na aquisição de bens que ficam como propriedade municipal, ao invés de manter o pagamento de uma renda de um aluguer no valor de cinquenta mil euros anuais. Tendo em conta os dados apresentados, esta aquisição permite uma poupança de vinte mil euros anuais. “

Informou que a Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche iria votar a favor da proposta.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Na sua opinião, é de muito difícil compreensão para a população dizer que, minimamente, vão poupar o dinheiro que foi apresentado, porque estão a pagar duas rendas que passam dos cinquenta mil euros. Disse que não era só a oficina e o acervo museológico que vão para os armazéns, era um conjunto de outros serviços logísticos de apoio que tinham o material, que estava a estragar-se na rua. Espera inclusive, quando levar a proposta a reunião de Câmara, do Vale do Grou, como espera, que depois haja outros argumentos, mas era difícil compreender e até por aquilo que está no jogo, aquilo que se falou sempre que está em jogo e em cima da mesa em relação às rendas. Disse que o dinheiro não era seu, não era da Câmara, era dinheiro dos impostos da população e obviamente que tinha de o referir. Disse que o desejável era estarem em condições, não para estar a mudar agora, mas para terem mudado e inclusive, já tinham os projetos para as infraestruturas que são precisas para fazer as ruas, o saneamento, que era desejável. Disse que já aguardava estas posições, já estava preparado.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Uma vez que é suposto ainda haver uma Assembleia Municipal de junho, em junho, talvez se pudessem adiar os pontos, isto se carecerem de apresentações, se forem rápidos podiam votá-las, mas os restantes pontos talvez se pudessem por na outra Assembleia, se for necessária apresentação. Referiu que o senhor Presidente falou na gestão dos stocks, concordando com isso, achou que deve ser feito e deve ser implementado o mais depressa possível, independentemente do sítio onde seja feita. Referiu que o senhor Presidente disse tudo na sua última intervenção: *“Isto não era dinheiro meu, não era dinheiro nosso, é dinheiro de todos”*, e era por isso que tinham de ter muito cuidado com aquilo que aprovam, era por isso que o critério de avaliação deve ser de que não têm dúvidas de que estão a cumprir a lei e que não estão a pagar mais do que os avaliadores dizem que vale por aquele espaço e neste momento, pelas avaliações que o senhor Presidente da Câmara trouxe a esta reunião, não podiam ter essa certeza e isto era o ponto essencial, ainda que conseguisse perceber alguma lógica na sua mudança temporária dos armazéns, em que tinha dúvidas, mas até podia fazer um esforço. Perante as avaliações que lhes chegam, enquanto este dinheiro não é nosso, era das pessoas que pagam impostos, tinham de ter muito cuidado e não podiam, de facto, votar neste assunto.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que não eram só as avaliações, havia valores de outros armazéns à volta, que foram comprados no ano passado e há dois anos e alguns deles até percebiam em

que condições, porque foram preços mais baixos ou mais altos e era por isso que entendia que seria um bom negócio para a Câmara, entendia que era um bom negócio para a população. Disse que era um entusiasta para mudar a maior parte dos apoios logísticos para a zona Industrial do Vale do Grou e sinceramente espera conseguir, referindo que precisavam de armazéns na cidade para toda a frota ligeira, para os serviços urbanos de limpeza, para os serviços das zonas de jardinagem.

Ademar Marques (PSD):

Disse que até podia perceber que tenha havido armazéns vendidos por valores superiores, mas essa não podia ser a nossa bitola, a nossa bitola são os documentos que lhes chegaram, que estavam cheios de incongruências e na sua opinião, de ilegalidades, e, portanto, uma vez mais, podem não ter sido voluntárias de quem quer comprar ou de quem quer vender, simplesmente aconteceram e isso é que seria lamentável.

Deliberação n.º 11/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com dezasseis (16) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (4), uma abstenção, pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, eleitos pelo Partido Social Democrata, e oito (8) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, não aprovar a aquisição de três armazéns, sítios na Zona Industrial da Prageira.

O senhor Ademar Marques (PSD) apresentou a seguinte declaração de voto:

«Os eleitos pelo PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA na Assembleia Municipal votam CONTRA a proposta de Aquisição de três armazéns sítios na Zona Industrial da Prageira em Peniche, tendo por base três motivos:

A. Dúvidas persistentes de que este negócio assegure uma boa gestão do dinheiro público municipal, subsistindo dúvidas quanto a ilegalidades cometidas no processo de avaliação;

B. Dúvidas sobre o interesse e oportunidade do Município de trocar armazéns na Z.I. Prageira por armazéns na Z.I. Prageira.

A. Dúvidas sobre boa gestão do dinheiro público municipal e ilegalidades administrativas

O Presidente da Câmara propõe a aquisição de três armazéns sítios na Zona Industrial da Prageira apresentando um conjunto de avaliação que estão envolvidas num processo cheio de contradições sobre os seus valores, que não foram esclarecidas.

Duas avaliações, do mesmo avaliador (José Capinha, L.^{da}, avaliador que habitualmente presta este serviço ao Município de Peniche), uma de 585 mil euros e outra de 625 mil euros, foram distribuídas aos vereadores. Ambas tinham data de visita realizadas no mesmo dia (29/03/2019), relatório de avaliação do mesmo dia (08/04/2019), data de entrada nos serviços municipais no mesmo dia (09/04/2019), mas apresentavam discrepância de valores em 40 mil euros.

O próprio Presidente da Câmara assumiu a 06 de agosto de 2019: “Pedimos uma avaliação inicial que deu os 585 mil e que passado 3 meses, porque a empresa não pediu 625 mil, mas sim muito mais, eles disseram-nos para pedirmos uma nova avaliação que eles tinham uma avaliação com os valores do mercado e está assumido que isto também é verdade, não é interno, não é só em armazéns é em tudo e foi nessa intenção que nós pedimos uma nova avaliação.”

Ambas incidem sobre os mesmos armazéns, com as mesmas áreas de construção e utilização, a mesma data de visita, ou seja, são os mesmos os parâmetros que servem para um cálculo tão diferente valor.

Num momento posterior a proposta chega à Câmara com três avaliações, que são as mesmas que são apresentadas a esta Assembleia. Uma de 660 mil euros (Concerta Premium Unipessoal, L.^{da}), outra de 520 mil euros (Curvelo) e a terceira de 625 mil euros (José Capinha, L.^{da}) já conhecida anteriormente. O Presidente da Câmara considerou então que a aquisição se deveria fazer por 615 mil euros, um “valor intermédio”.

Da análise dos documentos submetidos a 04 de novembro de 2019 verifica-se que a avaliação de 520 mil euros se fez com base numa visita ao local no dia 31/08/2019, sendo o relatório de avaliação do dia 20/09/2019. Contudo, no caso da avaliação mais elevada, de 660 mil euros, verifica-se que a visita ao local aconteceu no dia 12/06/2019 e o relatório fora elaborado a 23/09/2019.

Ora, a visita ao local da Concerta Premium Unipessoal, L.^{da} acontece em junho de 2019, antes da decisão do Presidente da Câmara de requisitar novas avaliações, que aconteceu após a reunião de Câmara de 06/08/2019 onde o assunto também esteve em apreciação. Ora, ou a avaliação já tinha sido pedida antes ou foi pedida por outra entidade – o que é em si mesmo um problema.

Se o Município contrata uma empresa para uma avaliação, a empresa tem de ir ao local a partir dessa data. E obviamente não se pode aceitar a justificação de que a empresa lá teria estado antes, com o mesmo serviço encomendado por outra entidade, porque desconhecemos se essa visita foi feita na ótica de um vendedor ou de um comprador, desconhecendo-se que interesses estaria a salvaguardar.

Como se isto não bastasse, a dúvida é agravada pelo histórico resumido no parecer técnico de 07/10/2019 do Eng.º Guilherme Pereira, da Fiscalização Técnica de Obras Particulares da Câmara Municipal, em que refere o seguinte:

“A empresa José Capinha, em março deste ano, já havia realizado uma avaliação que, entre outros elementos, pela prospeção da situação de mercado e estado da área envolvente, foi obtida uma avaliação de 525 mil euros, uma vez considerar-se o valor de referência mais baixo na ordem dos 300€/m² de construção. Nesta nova avaliação, constatando-se a evolução favorável dos valores nos mercados imobiliários nesta área, reiteraram o valor da avaliação para o valor médio de referência na ordem dos 400€/m² de construção a qual ainda consideraram ser conservadora.”

Efetivamente, no relatório em que a José Capinha, Lda. procura responder à discrepância de valores (585 mil euros e 625 mil euros, valores do mesmo dia), a Assembleia fica a saber que afinal a **discrepância de valores não é de 40 mil euros, mas de 100 mil euros**. Ficamos a saber que há uma outra avaliação, de que nunca foi dado conhecimento aos vereadores. Ou seja, a empresa atribuiu sucessivamente três valores aos armazéns: 525 mil euros em março; 585 mil euros em abril e 625 no mesmo dia de abril. Toda esta evolução com o argumento de uma “evolução favorável dos valores nos mercados imobiliários, em especial, na zona em análise” – donde percebemos que o **valor subiu 100 mil euros num mês, de março de 2019 para abril de 2019!** (Relatório de Avaliação da empresa José Capinha, L.^{da}, julho 2019, página 6).

Na gestão dos dinheiros públicos se exige rigor e transparência e os elementos do PSD nesta Assembleia consideram que não estão cabalmente clarificadas as dúvidas por estes levantadas, sendo isso um fator limitador no momento da deliberação.

Fica a dúvida, pelo histórico e até das declarações do Presidente da Câmara e da Chefe de Divisão, sobre se não se terá pedido ao avaliador para reformular a proposta de avaliação porque o valor não era coincidente com o valor pedido pelo proprietário do imóvel. Esse **encontro de valores na avaliação não é possível de acontecer, porque não garante o interesse público**.

É necessária a certeza de que o avaliador não foi condicionado, de que a avaliação é isenta e imparcial.

B. Dúvidas sobre o interesse e oportunidade do Município de trocar armazéns na Z.I. Prageira por armazéns na Z.I. Prageira

As dúvidas dos elementos eleitos pelo PSD nesta Assembleia não se ficam pelo processo de avaliação e pelas irregularidades administrativas. De facto, é muito **difícil de perceber o interesse e a oportunidade da aquisição de armazéns na Zona Industrial da Prageira com o intuito de deslocalizar os armazéns municipais que se localizam na Zona Industrial da Prageira.**

Esta opção evidencia a falta de estratégia do atual executivo e ignora o custo de oportunidade desta operação – o que deixamos de fazer com o dinheiro que será investido na aquisição e nas obras de adaptação dos “novos” armazéns. Contudo, é apresentada como uma instalação provisória, em alternativa à solução ideal de deslocalização para a Zona Industrial do Vale do Grou.

Sabemos, contudo, que as soluções provisórias – como é apresentada esta opção da Prageira – tendem a tornar-se definitivas. E nestes casos o investimento público tende a ser desperdiçado.

A proposta é vaga e ambígua e não concretiza os objetivos específicos. Aliás, nem sequer foi estimado quanto será necessário gastar para adaptar os referidos armazéns às atividades que neles se pretende instalar. Não percebemos que, em alternativa, não se tenha procurado indagar junto do senhorio do armazém atualmente arrendado, para saber da a disponibilidade para vender.

Por fim, mas não menos importante: esta aposta é completamente contrária àquilo que parece reunir consensos entre os autarcas que é a necessidade clara de se investir na Zona Industrial de Vale do Grou, a nosso ver com uma estratégia clara com objetivos concretos que sejam o início de uma aposta de futuro.

Ora se o Presidente da Câmara referiu numa Assembleia Municipal que o Município tem interesse em investir no Vale do Grou, não deve depois adotar medidas e fazer propostas que prevejam, exatamente, o contrário desta suposta intenção.

Entendemos que aquela zona industrial só se desenvolverá com um investimento forte por parte do Município. O Município deve procurar concretizar esse propósito, acautelando que as estruturas municipais (ditos armazéns) são dignas, centralizadas face ao território concelhio, e que servem os reais propósitos e necessidades.

A deslocalização dos armazéns, além de melhorar os serviços, deve servir o propósito de potenciar uma zona industrial que permita a instalação de empresas, a criação de postos de trabalho e conseqüente criação de riqueza.

Acresce que na estimativa de poupanças publicada no jornal “A Voz do Mar”, mas não distribuída aos elementos da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara se esqueceu de incluir os custos com as obras nos atuais de armazéns do Município (para remoção do telhado com amianto) e nos que pretendia comprar – que também parecem ter cobertura com amianto. Contas incompletas e, portanto, não sérias.

Conclusão

Concluindo, a nossa decisão de votar CONTRA esta proposta está alicerçada na firme convicção de que esta opção não salvaguarda o interesse público municipal, não dá garantias de que o dinheiro público esteja a ser bem gasto e pode estar – em vários aspetos – ferida de legalidade.»

O senhor Henrique Estrelinha (PS) apresentou a seguinte declaração de voto:

«Os deputados municipais do Partido Socialista votam contra a proposta de aquisição de três armazéns, sitos na Zona industrial da Prageira pelas seguintes razões:

1) O processo de avaliação do edificado foi pouco transparente, com alteração de valores, no decorrer do processo, por parte do mesmo avaliador;

2) O elevado valor do investimento, sem previsão das intervenções necessárias a realizar no edifício, deixam enormes dúvidas sobre o impacto financeiro nas contas do Município, além de revelar uma enorme incapacidade de planeamento;

3) A solução passa por apostar na Zona industrial do Vale do Grou, como alavanca e exemplo para que investidores e empresas instaladas na Zona industrial da Prageira possam deslocar futuramente a sua atividade para esta nova zona.

Os deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Peniche.»

O senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU) apresentou a seguinte declaração de voto:

«O Grupo da CDU na Assembleia Municipal de Peniche, reafirma a posição assumida pelo seu eleito neste órgão, Jorge Amador, a saber:

1- A CDU defende uma solução definitiva dos atuais armazéns da Prageira a transferir para a zona Industrial de Vale do Grou;

2- A CDU não concorda com esta proposta de libertação de espaços para os armazéns propostos pela Câmara Municipal;

3- A CDU não tem dúvidas que se este processo fosse enviado para o Tribunal de Contas, o mesmo seria devolvido de imediato pelas razões amplamente discutidas nesta reunião da Assembleia Municipal.»

9) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA AQUISIÇÃO DE TRÊS ARMAZÉNS, SITOS NA ZONA INDUSTRIAL DA PRAGEIRA, EM PENICHE:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do nono ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 12/2020: A Assembleia Municipal deliberou retirar da ordem do dia a proposta da Câmara Municipal relativa à contratação de empréstimo para aquisição de três armazéns, sitos na Zona Industrial da Prageira, considerando o resultado da votação do ponto 8 da ordem do dia.

10) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A AQUISIÇÃO DE TRÊS ARMAZÉNS, SITOS NA ZONA INDUSTRIAL DA PRAGEIRA - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 13/2020: A Assembleia Municipal deliberou retirar da ordem do dia a proposta da Câmara Municipal relativa à aprovação da minuta do contrato de promessa de compra e venda, no âmbito da aquisição de três armazéns, sitos na Zona Industrial da Prageira, considerando o resultado da votação do ponto 8 da ordem do dia.

11) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2020/2021:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo primeiro ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 14/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, nomear a empresa A. Zózimo, SROC, Unipessoal, L.da como auditor externo, responsável pela certificação legal das contas do Município de Peniche.

12) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO COM A FREGUESIA DE FERREL PARA EXPLORAÇÃO DA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA (H) PREVISTA NO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO CONDICIONADO E DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA NO CONCELHO DE PENICHE, SITA NO BALEAL, PARA CEDÊNCIA, TAMBÉM, DA ZONA (I) E ALARGAMENTO DO PRAZO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Referiu que disse na segunda intervenção que fez hoje na Assembleia Municipal, que tem alguma dificuldade em perceber que no período que viviam, o Município permita que se faça o que está na proposta. Tinha dúvidas de qual era a razão deste assunto vir a Assembleia Municipal desta feita porque para si, o Baleal foi objeto de uma deliberação o ano passado, não via qual era a vantagem.

Célia Martins (PSD):

Sobre o conteúdo do protocolo, julgou acertada a criação da área de estacionamento pago na ilha. Na sequência da discussão deste protocolo, salvo erro, na Assembleia de setembro, o Partido Social Democrata também já tinha referido que era um contrassenso que fora da ilha, o estacionamento fosse pago e dentro da ilha não fosse, até porque depois foi evidente a pressão relativamente ao aumento da circulação naquele local tão circunscrito. Embora reconheça que se vive num contexto de incerteza, não existem evidências que poderá haver menos gente no Baleal por causa do estacionamento passar a ser pago na ilha. Disse que a criação desta área de estacionamento pago vai trazer receitas para a freguesia que pode reinvestir depois, como já o fez, na requalificação com os pilaretes ou como até já foi dito pelo senhor Presidente de Junta de Ferrel, Pedro Barata, sobre a questão da segurança, mas diria que era mais do que justificada sobretudo porque têm aqui um objetivo maior que é minimizar um problema persistente e que têm a ver com a circulação automóvel da ilha e sobretudo nos seus efeitos que se manifestam a vários níveis, desde o estacionamento desordenado e que é flagrante em alguns locais

precisos, nas arribas ou então, junto à ermida de Santo Estevão, reflete-se também na falta de segurança na circulação das pessoas na ilha, mas também até o próprio acesso à ilha, têm que ser mais abrangentes e não olhar apenas para este espaço, na eventual dificuldade de prestar socorro. Também sabiam que uma medida como esta, e posta em prática de forma isolada, não vai fazer milagres e os problemas vão continuar a persistir por ser uma área densamente edificada, com várias atividades económicas que operam no local e a verdade era que não havia lugares de estacionamento para todos, mas havia uma questão, que têm bastante peso, que era o facto do Baleal ser um local com um grande valor paisagístico e também com grande valor económico para o nosso concelho, procurado, tanto por quem nos visita, mas também pelos residentes. Julgou que tinham de acabar com esta imagem de desordenamento que se reflete na falta de segurança e qualificar o espaço público e dignificar aquela área e a sua envolvente e por isso, achou que tinham que ir um pouco mais longe, recomendando uma maior articulação entre a freguesia de Ferrel e o Município, unir esforços para tomar medidas complementares que configuram realmente num quadro estratégico porque, apesar de não estarem no pico do verão, esta medida por si só, não vai evitar os vários constrangimentos que já referiu. No que respeita à circulação, disse que já discutiram várias medidas nesta Assembleia, algumas que nem sempre ganham alguma concertação, lembrando que o regulamento prevê um sistema de estacionamento para moradores como, por exemplo, criar uma forma de atribuir um cartão para cada residente ou proprietário de uma residência, permitindo apenas um carro por fogo, limitar a circulação durante o dia, sobretudo pela rua Raúl Brandão porque além dos lugares de estacionamento, além da circulação, não havia espaço para as pessoas andarem a pé, assegurar um corredor de acesso ao parque de estacionamento, assegurar também, com segurança, o próprio acesso à ilha, estabelecer os meios que possibilitam depois, uma fiscalização eficaz e apostar em meios alternativos de acesso ao Baleal através de uma aposta em meios de mobilidade suave, em circuitos de transporte coletivo e talvez, se estas medidas não forem suficientes, depois de avaliarem o impacto destas medidas, equacionar outras que até podiam ser impopulares, mas tinham que estar cientes que estava aqui um bem maior que aquele território, do qual dependem vários empregos e atividades económicas, ou seja, que têm um interesse e uma mais valia para todos e por isso, julgou que tinham que pensar um pouco mais além, do que constantemente apostar em medidas isoladas.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Subscreveu tudo o que a senhora Deputada Célia Martins referiu, de implementar o projeto que a Câmara Municipal já tem, de ordenamento da ilha, porque vai resolver praticamente todas essas questões, anexando algumas ideias como a ciclovia no pontão ou aquela de que costuma falar, que era os semáforos definitivos, porque o senhor Luís Ganhão, que saiu da Junta em 2005, já o pediu.

Ademar Marques (PSD):

Referiu que, na sua opinião, não fazia sentido a ilha não ser paga, porque viu aumentar a pressão e que até foi numa Assembleia em que estavam presentes pessoas do Baleal, que disseram isso. Disse que, entretanto, havia pessoas que lá estão, e que já manifestaram um fenómeno que estava a acontecer, de que, de facto, na zona para além do parque de estacionamento, a pressão estava a aumentar exponencialmente e era preciso perceber como se vai resolver porque, na altura quando se fez o regulamento, e

estava na Comissão que o fez, tentou-se resolver, mas depois chegou-se à conclusão que, na verdade, não sendo apenas uma questão de estacionamento, não tinha que estar lá a solução. Referiu que esta hipótese que a Deputada Célia Martins aventou, é uma hipótese, a delineação durante o dia da circulação naquela rua, mas mais do que isso, é preciso perceber se o efeito desta medida não era o aumento, mesmo muito maior, da circulação da ilha porque, se no ano passado, as pessoas iam ao parque e depois, se não tivessem lugar, davam a volta à ilha, agora primeiro vão dar a volta à ilha e só depois vão ao parque ver se têm lugar. Disse que aquilo que é importante salvaguardar, que era a segurança rodoviária, precisamente através dos cartões de morador, que estão previstos no regulamento, para que os moradores tenham lugar vão, entretanto, fazer com que nenhum morador tenha lugar, nem os que estão na zona em que não paga, nem os que estão na zona paga, porque cada vez estava mais difícil.

Deliberação n.º 15/2020: Considerando o protocolo celebrado para cedência da exploração, à Freguesia de Ferrel, da Zona de estacionamento de duração limitada (H), prevista no Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento condicionado e de Zonas de Estacionamento de duração limitada no concelho de Peniche, sita no Baleal, e a deliberação n.º 558/2020, de 01 de junho de 2020, da Câmara Municipal, por votação nominal, de braço no ar, deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Partido Socialista (5), e uma (1) abstenção, do senhor Jorge Guerreiro, aprovar a adenda ao protocolo celebrado com a Freguesia de Ferrel para exploração da Zona de estacionamento de duração limitada (H) prevista no Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento condicionado e de Zonas de Estacionamento de duração limitada no Concelho de Peniche, sita no Baleal que tem como objetivo a cedência, também, da exploração da Zona (I), bem como alargar o prazo de vigência do protocolo de um para dois anos, mantendo-se em tudo o resto igual e extensível à Zona (I).

13) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE PENICHE:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino: (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da informação.

Tiago Gonçalves (PS):

Fez uma declaração de voto sobre o seu sentido de voto:

“Como costume votar de consciência, às duas horas e trinta e três da manhã, já é difícil votar de consciência o quer que seja, daí que tenha votado contra.”

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Na sequência do Estado de Emergência, disse que as reuniões das Assembleias Municipais que eram para ter lugar em abril, passaram para mais tarde, até junho, que era o caso que estavam a concretizar, mas as reuniões de junho também tinham de se

realizar. Soube que havia um parecer da DGAL que fez chegar aos municípios, que merece muita contestação, que dizia que não, só que a DGAL dava um parecer jurídico. Pediu para não se esquecerem de um pormenor, de que não havia nenhuma Direção Geral que possa pôr em causa uma lei que é aprovada pela Assembleia da República e nesse sentido, mandam as regras da prudência, que a Assembleia tenha de reunir. Viu o parecer, referindo que tinha vários colegas que são da área jurídica e tinham todos a mesma opinião. Não tinha dúvidas nenhuma de que a Assembleia tinha de reunir e nesse sentido, perguntou qual era o dia, porque hoje era dia dezanove e até dia trinta, faltavam os restantes dias.

Deliberação n.º 16/2020: Considerando a deliberação da Câmara Municipal n.º 1098/2019, de 16 de setembro de 2019, que aprovou a proposta do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Peniche, aprovada pela Comissão Municipal de Proteção Civil e submetida a consulta pública, nos termos do n.º 8 do artigo 7.º da Resolução n.º 30/2015, de 07 de maio, da Comissão Nacional de Proteção Civil, publicitada pelo edital n.º 194/2019, de 08 de outubro e que obteve parecer favorável da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), deliberado, por votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Peniche.

14) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE PENICHE:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo quarto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 01 de junho de 2020.

Deliberação n.º 17/2020: Considerando a deliberação da Câmara Municipal n.º 567/2020, de 01 de junho de 2020, a informação do Serviço Municipal de Proteção Civil, n.º 07/2020, de 30 de abril e a deliberação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Peniche, de 28 de abril de 2020, cuja ata se anexa, em que foram aprovadas as correções à Carta de Risco e Perigosidade do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Peniche - PMDFCI, aprovado pela Assembleia Municipal por sua deliberação n.º 79/2019, de 13 de dezembro, a Assembleia Municipal, por votação nominal, de braço no ar, deliberou, no uso da competência estabelecida alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (4), pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7) e pela Coligação Democrática Unitária (4), e um voto contra, do senhor Tiago Jorge Carvalho Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, aprovar o novo Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Peniche.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 18/2020: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo duas horas e quarenta minutos do dia vinte de junho, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária do mês de junho, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

Os originais dos documentos referidos nos pontos três, cinco, seis, sete, nove, dez e onze, aprovados nesta reunião, ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)
